

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
COLEGIADO DE ECONOMIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

MÁRCIO FARANE SILVA SANTOS

LIBERALISMO COM O ESTADO: O CAFÉ NAS DÉCADAS
DE 1920 E 1930

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2008

MÁRCIO FARANE SILVA SANTOS

LIBERALISMO COM O ESTADO: O CAFÉ NAS DÉCADAS
DE 1920 E 1930

Trabalho monográfico apresentado ao Curso de Economia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito para aprovação na disciplina Monografia II e obtenção do grau de Bacharel em Economia.

ORIENTADOR: Ronan Soares dos Santos

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2008

MÁRCIO FARANE SILVA SANTOS

LIBERALISMO COM O ESTADO: O CAFÉ NAS DÉCADAS
DE 1920 E 1930

Trabalho monográfico apresentado ao Curso de Economia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito para aprovação na disciplina Monografia II e obtenção do grau de Bacharel em Economia.

Aprovada em 16/04/2008

BANCA EXAMINADORA

Ronan Soares dos Santos
Orientador (a)

Gildásio Santana Júnior
Examinador

Carlos Moisés Oliveira Chaves
Examinador

RESUMO

Este trabalho tem como finalidade analisar o desenvolvimento da cafeicultura no Brasil e a participação do Estado nas políticas econômicas voltadas para a cafeicultura brasileira, em um momento em que a oligarquia cafeeira era simpática ao liberalismo econômico, durante as décadas de 1920 e 1930, de forma a estabelecer as diferenças dessas políticas de uma década para outra. Argumenta-se que a participação de Estado foi motivada pela necessidade de exportação de café depois da Primeira Guerra Mundial, período em que os países europeus, consumidores de café, visavam a reestruturação econômica em um período de pós-guerra. Discute-se, ainda, que essas políticas beneficiavam os próprios cafeicultores em detrimento de outros setores econômicos em razão da Política conhecida como Café com Leite e a necessidade de equilibrar a economia durante a crise econômica iniciada em 1929 com a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque. Utilizou-se a pesquisa do tipo bibliográfica por coadunar com o tipo de trabalho e os objetivos estabelecidos. Não se confirmou os efeitos levantados como resultante da Primeira guerra mundial e sim a hipótese em que a Oligarquia Cafeeira elaborava políticas que beneficiavam a própria classe cafeicultora e confirmando a hipótese de que as políticas econômicas foram direcionadas para superar a crise desencadeada em 1929.

Palavras chave: Café, Estado, Liberalismo

SUMÁRIO

Introdução	05
Capítulo 1 – As origens do café e da cafeicultura no Brasil	09
1.1- Origens do café	09
1.2-Café no Brasil	12
Capítulo 2 - O Estado na Economia	24
2.1- Escola Fisiocrata e a Escola Liberal	24
2.2 - Adam Smith	25
2.3 - Thomas Malthus e David Ricardo	27
2.4 - John Stuart Mill	28
2.5 - A Escola Keynesiana	30
Capítulo 3 – O Estado na Cafeicultura	33
3.1 - Políticas de valorização	33
3.2 - Década de 1920: A defesa permanente do café	37
3.3 - A grande depressão de 1929	47
3.4-A década de 1930: A destruição de Café	52
Considerações finais	62
Referências bibliográficas	65

INTRODUÇÃO

A partir da introdução da cafeicultura no cenário econômico nacional no século XVIII, esta se desenvolve, e em meados de século XIX, assume o papel de principal produto na pauta de exportação. Esse desenvolvimento foi favorecido por fatores como dificuldades dos países concorrentes, fatores climáticos e até mesmo favorecidos por outras políticas econômicas, como foi o caso de encilhamento. Não havia, portanto, até o final de século XIX, nenhum planejamento ou nenhuma política específica para a cafeicultura (SAES, 1997).

Dessa maneira, aliada a esses fatores que favoreceram a cafeicultura, estima-se que até o ano de 1900 a demanda do café havia crescido a uma taxa de 2,7% ao ano. Esse aumento do consumo e escassez relativa no mercado internacional devido à defasagem da produção aos impulsos da demanda, resultou em uma tendência de preços crescentes proporcionando uma situação favorável à expansão da cafeicultura no Brasil. Porém, a partir do final do século XIX e início do século XX começa haver desequilíbrios entre produção e consumo, sendo que em muitos momentos a produção supera o consumo, resultando nesse período em quedas drásticas dos preços (Saes; 1997).

Com a Proclamação da República em 1889, as decisões da política nacional passaram para as mãos da classe mais rica que eram os cafeicultores. Também com a República, houve uma maior autonomia política para os Estados e isso favoreceu para que as elites de São Paulo e Minas Gerais se articulassem para promoverem políticas voltadas para a cafeicultura. Dessa forma, algumas políticas foram elaboradas pelo Estado na intenção de promover valorizações do café. E isso ocorreu do início do século XX até o final da década de 1920 (TEIXEIRA e DANTAS, 1974).

Essas políticas de valorização tiveram êxito quando o objetivo era manter a renda dos cafeicultores em moeda nacional. Outro ponto positivo das Políticas de Valorizações do café foi o fato de o capital cafeeiro proporcionar a industrialização do país, principalmente na década de 1920. Porém, deve-se considerar que essas políticas tiveram conseqüências danosas para a economia nacional, além de deixar a economia exposta a crises em razão da economia de monocultura (DELFIN NETTO, 1973).

No início da década de 1930, ocorre o golpe de estado, e Getúlio Vargas assume a Presidência da República desestruturando a oligarquia cafeeira. Nesse período, os cafezais estavam no auge da produção, os estoques eram enormes e a safra futura também era muito

grande e o país sofria as conseqüências da depressão de 1929. Não havia, portanto, possibilidades de exportar o café produzido no Brasil (SAES, 1997).

Dessa forma, os problemas do setor eram tão graves e a economia brasileira era tão dependente da cafeicultura, pois era praticamente a única fonte de divisas, que o governo a partir de 1930 não tinha alternativa a não ser continuar com as políticas de intervenção diretamente no setor cafeeiro, não só na comercialização, como ocorria na década de 1920, como também diretamente na produção objetivando a redução das plantações, dos estoques e a melhora dos preços.

Diante dessa conjuntura, observa-se que desde o início do século XX quando foram implantadas as primeiras Políticas de Valorizações do café, o Estado esteve presente na economia cafeeira de forma ativa. Assim, entender como o Estado interferia no setor cafeeiro em cada momento da história da cafeicultura, em especial nas décadas de 1920 e 1930, que é o foco de estudo deste trabalho, é de extrema importância para conhecer o desenvolvimento desse setor econômico que é um dos mais significativos da economia nacional. Deve-se ainda considerar que esse período entre guerras foi uma fase importante do liberalismo econômico no Brasil que repercutiu em toda economia nacional.

Assim, o que caracterizava as políticas aplicadas na cafeicultura nas décadas de 1920 e 1930, sendo que em ambas havia a interferência do Estado?

Para responder esta questão foram levantadas as seguintes hipóteses:

(1) A primeira guerra mundial influenciou negativamente a política cafeeira na década de 1920, pois os países europeus que eram consumidores, voltaram-se para a recuperação econômica em um período de pós-guerra.

(2) A política conhecida como “Café com leite” influenciou positivamente para a economia cafeeira do Brasil na década de 1920 já que essa política era determinada pela oligarquia cafeeira. Assim, as ações do Estado voltadas para a cafeicultura nessa década privilegiavam o setor cafeeiro em detrimento de outros setores da economia nacional.

(3) A quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929 afetou negativamente a economia mundial e como o café era responsável por aproximadamente 70% da pauta de exportação do Brasil, o estoque nacional e a produção futura eram grandes e não havia como exportar devido às dificuldades dos países consumidores, as políticas para a cafeicultura na década de 1930 eram voltadas para a superação da crise através da destruição de café com o objetivo de equilibrar a oferta e a demanda e elevar os preços no mercado internacional.

Sendo assim, este trabalho tem como objetivo geral fazer uma análise da política econômica voltada para a cafeicultura nas décadas de 1920 e 1930 de forma a identificar as possíveis diferenças de uma década para outra, considerando que o Estado interferia diretamente nesse setor em todo esse período.

Este trabalho também tem como objetivos específicos de:

- a) Verificar a influência que a Primeira Guerra Mundial exerceu na política cafeeira a partir de 1920,
- b) Averiguar as ações da Política do Café com Leite no que se refere à economia cafeeira,
- c) Verificar as ações do Estado em relação às políticas cafeeiras em um período de crise desencadeada pela quebra da Bolsa de Nova Iorque em 1929.

Utilizou-se a pesquisa do tipo bibliográfica. A escolha desse tipo de pesquisa foi em razão das características da pesquisa que são voltadas para a história econômica, e pelas vantagens que traz na coleta de dados e informações que se coadunam com o escopo do trabalho, e também se utilizou de artigos e informações obtidos por meio da Rede Mundial de Computadores (INTERNET).

Nesta pesquisa, utilizou-se a verificação histórica das origens e desenvolvimento da cafeicultura no Brasil, tendo em vista as políticas governamentais aplicadas no mercado cafeeiro, que é o objeto de estudo deste trabalho. Dessa maneira, procurou-se ao mesmo tempo averiguar como historicamente a cafeicultura nacional se desenvolveu – considerando sua crescente influência e importância na economia nacional – e as características das políticas econômicas do governo voltadas para a cafeicultura nas décadas de 1920 e 1930.

A economia brasileira foi bastante influenciada pela cultura cafeeira. A partir de meados de século XIX, a cafeicultura assumiu importância cada vez maior chegando a ser o principal produto na pauta de exportação, girando em torno dela toda a política econômica do país.

A cafeicultura foi também bastante afetada por crises. Tentou-se vencê-las através de políticas específicas que repercutiram em toda economia nacional. Assim, estudar as diferenças dessas políticas aplicadas nas décadas de 1920 e 1930, é fundamental para se conhecer esse importante setor da economia nacional.

Capítulo 1 – As origens do café e da cafeicultura no Brasil

1.1 Origens do café

A origem da palavra café não é clara. Há a possibilidade de se referir tanto à bebida, quanto à planta, quanto ao fruto. Podendo ainda ser de *kaffa*, da Etiópia. Pode ainda ser do árabe *karah* ou *gavah* que significa vinho ou então *kahwah* que significa força. Pode também ter origem do turco *koveh* ou *kaveh* que também significam vinho. (ANDRADE e JAFELICE, 2005)

Alguns autores como Toledo e Gancho (2003), relacionam a etimologia da palavra café com a palavra *Kaffa* que é o nome de uma província da Abissínia do sudoeste da Etiópia, país de onde a planta é nativa.

Oliveira (2004; p, 68) discorda do posicionamento de Toledo e Gancho (2003) ao afirmar que a palavra café tem realmente sua origem do árabe *qahwah*, *qahua*, *cahwe* ou *qahwa* (vinho), através do turco *kaveh*, *kavet*.

Pretenderam explicar a origem da palavra de u'a maneira simples e até mesmo abonada por um precedente muito persuasivo. Assim: café viria de Kaffa – província da Abissínia, onde o cafeeiro é encontrado em seu estado selvagem, levando a presunção de que ali tem a sua pátria; tal como pêssego vem de Percicum (Pérsia).

Essa discordância de Oliveira (2004) se fundamenta no fato de que na Abissínia o cafeeiro era conhecido com o nome de *bun*. Os árabes intitulavam *bunn* à planta e à baga.

Oliveira (2004) discorda ainda de alguns autores ao dizer que a História consagra o erro de afirmar ter sido a Arábia a região que se origina e que primeiro percebeu a importância do cafeeiro, adotando-o, cultivando-o e consumindo o que seu fruto proporciona.

Conforme explica o próprio Oliveira (2004), a ciência imortalizou o engano quando foi dado ao cafeeiro o nome *coffea arabica*. Esse engano pode ser percebido na afirmação de Souza (1989 p, 09)

Não se pode afirmar categoricamente de onde realmente se originou a planta e quem dela primeiro fez uso, seja no aproveitamento dos frutos ou na cocção nas folhas. Tanto na Etiópia quanto noutras partes da África, mais notadamente no Congo Belga, o uso do café para o preparo de bebidas é bem anterior à colonização européia.

A planta do cafeeiro tem sua origem na Etiópia. Essa opinião também é defendida por Oliveira (2004) que esclarece, ainda, que na realidade o café é originário da região da Abissínia (região localizada entre o Rio Nilo e o Mar Vermelho onde está situado o território da Etiópia). O principal argumento que confirma essa afirmação é o fato de que a planta lá na Etiópia é encontrada em seu estado silvestre. (ANDRADE e JAFELICE, 2005)

Quanto ao consumo do café, não se pode afirmar um período exato quando iniciou. Conforme Taunay (1930) citado por Oliveira (2004; p, 52), o início do consumo de café perdeu-se no tempo. “O uso do café e a sua propagação datam certamente de tempos imemoriais. Querer averiguar a era provável é pretender resolver insolúvel problema”.

Quanto ao cultivo do cafeeiro também não se pode afirmar de forma precisa quando teve início. Segundo a Enciclopédia *Microsoft Encarta*, alguns estudiosos situam esse fato na Arábia perto do Mar Vermelho por volta do ano de 675 d.C. Porém, conforme Oliveira (2004) os abexins (nativos da Abissínia) vinham consumindo café desde muitos séculos e que inexistia qualquer documentação digna de fé.

Por ser bastante controversa, a história do café sempre foi rodeada de muitas lendas. A principal delas é a do pastor Kaldi. Diz a lenda que o café foi descoberto por esse pastor de cabras da cidade de Kaffa, na região Etiópia.

É difícil determinar quando o café foi identificado como bem de consumo ou quem preparou a primeira infusão, sabemos apenas que a história popular aponta para meados do século III, tendo Kaldi como personagem de um acaso. Conta-se que ele ficou intrigado com a vitalidade das cabras que comiam folhas e frutos de um arbusto comum nas montanhas Abissínicas, elas ficavam saltitantes e conseguiam percorrer longas distâncias sem demonstrar sinais de desgaste ou qualquer outra reação.

Para observar melhor, Kaldi passou a alimentar o rebanho com os frutos vermelhos e, depois de algum tempo, também quis experimentar. Como se deve imaginar, o pastor gostou do efeito estimulante que os frutos proporcionaram. Sentiu-se alegre, bem disposto, e passou a mascar café todos os dias, principalmente para resistir ao sono nas noites de oração. Ele contou sua descoberta para um dos monges do monastério local e a notícia não demorou a romper fronteiras (ANDRADE e JAFELICE, 2005).

O que se tem de mais preciso sobre a história do café remonta ao final do século IX quando se publicou o primeiro documento a citar o café que foi o livro de Abu Bakr Muhammad ibn Zakariyya, um médico muçulmano que viveu entre o ano de 850 e 923. Na

Europa, o primeiro que publicou em um livro a palavra café foi Leonhard Rauwolf depois de uma viagem para o oriente próximo onde obteve material para a publicação do volume entre 1582 e 1583. (OLIVEIRA, 2004).

O fato é que, aclimatado na Arábia, o café logo conquistou o povo da região. No século XVI, na Pérsia, os primeiros grãos de café foram torrados para se transformar na bebida que hoje conhecemos. O café tornou-se de grande importância para os Árabes, que tinham completo controle sobre o cultivo e preparação da bebida. Na época, o café era um produto guardado a sete chaves pelos árabes. Era proibido que estrangeiros se aproximassem das plantações, e os árabes protegiam as mudas com a própria vida. As sementes de café eram banhadas em água fervente, para impedir a germinação, antes de serem exportadas e somente nessas condições as sementes podiam deixar o país. (ABIC s/d).

O café era utilizado pelos árabes para ficarem acordados em oração a Alá, seguindo os conselhos do profeta Maomé. A proibição de bebida alcoólica pela religião ajudou a difundir o consumo de café que passou a ser largamente consumido (OLIVEIRA, 2004).

Mais tarde, o café foi considerado uma bebida tóxica e, portanto, proibida pelo Corão e, apesar disso, seu consumo se espalhou entre os árabes chegando pela Turquia ao continente europeu no decorrer dos séculos XVI e XVII. (ENCICLOPÉDIA BRITANYCA DO BRASIL, 1992).

No século XVII, o café já era apreciado por ingleses, holandeses, franceses e alemães. Era considerado um estimulante suave e até como digestivo. Muitos atribuíam ao café uma série de benefícios à saúde como bom para o coração, para o fígado, o sangue e até para curar sarna. Essas características salutareas contribuíram para superar o preconceito que os europeus tinham contra o café por ser de origem muçulmana, não-cristã. (TOLEDO e GANCHO, 2003).

São muitas as informações, não muito precisas, de como o café chegou à América do Norte. A primeira possibilidade é de o café ter sido trazido por John Smith fundador da cidade de Jamestown no Estado americano da Virgínia em 1620. É possível também que o café foi introduzido pelos holandeses entre 1624 e 1664 já que Nova York estava sob ocupação holandesa. Há ainda a possibilidade de os ingleses terem introduzido o café na colônia de Nova York entre 1664 e 1673. (OLIVEIRA, 2004).

A introdução do café na América Central é atribuída, possivelmente, a Gabriel Mathieu de Clieu um francês que servia na guarnição da Ilha da Martinica que, em visita à França, e sabendo que os holandeses estavam cultivando o cafeeiro nas Índias Orientais com sucesso, cujo clima é semelhante ao da Martinica, trouxe a primeira planta para aquela Ilha entre 1720 e 1723. (ENCICLOPÉDIA BRITÂNICA DO BRASIL, 1992).

1.2 - O café no Brasil

A introdução do café no Brasil é atribuída ao Sargento-mor Francisco de Mello Palheta que teria adquirido da esposa do governador da Guiana Francesa algumas sementes de café que foram plantadas no Pará em 1727. (TOLEDO e GANCHO, 2003).

Souza (1989, p. 09) também confirma Toledo e Gancho (2003) ao afirmar que foi Palheta que trouxe o café para o Brasil.

No Brasil o café foi introduzido em 1727 por Francisco de Mello Palheta, no Estado do Pará, espalhando-se em seguida para o Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo, e depois chegando ao Estado do Paraná e outros.

Oliveira (2004, p. 284), não só confirma o feito de Palheta como também transcreve um trecho de um documento da Biblioteca do Arquivo Público do Estado do Pará de 1727 que contém a orientação de João da Maia da Gama, Governador e Capitão-regente do Estado do Maranhão e Grão-Pará, que na época compreendia o território dos dois estados, para adquirir sementes e mudas de café na Guiana Francesa.

(...) e se acauzo entrar em quintal ou jardim ou rossa ahonde houver Caffee com pretexto de provar alguma fructa, verá se pode esconder algum par de graons com todo disfarce e com toda cautella... (sic)

Em outro documento de 1727 do mesmo arquivo, Palheta em resposta ao Governador, relata sobre sua aquisição na Guiana Francesa. (OLIVEIRA 2004; p, 284)

(...) não só trouxe mil e tantas fructas q. entregou aos Officiaes do Senado p.^a para que o repartissem com os moradores, como também sinco plantas de que já hoje ha muito no Estado... (sic)

Portanto, esses dois documentos transcritos acima, confirmam o feito de Palheta. Porém, Artur Cezar Ferreira Reis (1958), citado por Oliveira (2004, p. 285), descobriu na Biblioteca do Arquivo Público do Pará dois registros que podem modificar o que até então é considerada uma verdade: se Palheta foi realmente o primeiro a introduzir o café no Brasil.

Um dos registros – o de número 2.345 de 1723 (guarde-se o milésimo) – contém o sumário de uma carta régia expedida a Maia da Gama. Reza a ementa, digna da maior atenção: “Sobre os grãos de café que remeteu, e se lhe ordena mande duas arrobas dele.” Lamentavelmente, não se conhece o texto da carta, o mesmo acontecendo com a outra, de 1724 (atenção para o ano), cujo resumo – sempre de acordo com a transcrição daquele historiador – ainda mais sucinto:” Sobre as amostras de café que remeteu”.

Esses dois registros deixam entender que há a possibilidade de que em 1723, quatro anos antes da viagem de Palheta à Guiana Francesa, já existia café no Brasil.

Magalhães Filho (1982; p. 319) aceita essa possibilidade ao afirmar: O importante é que em 1723 as primeiras mudas de café foram plantadas no Pará, e em 1731 inicia-se a exportação para Lisboa.

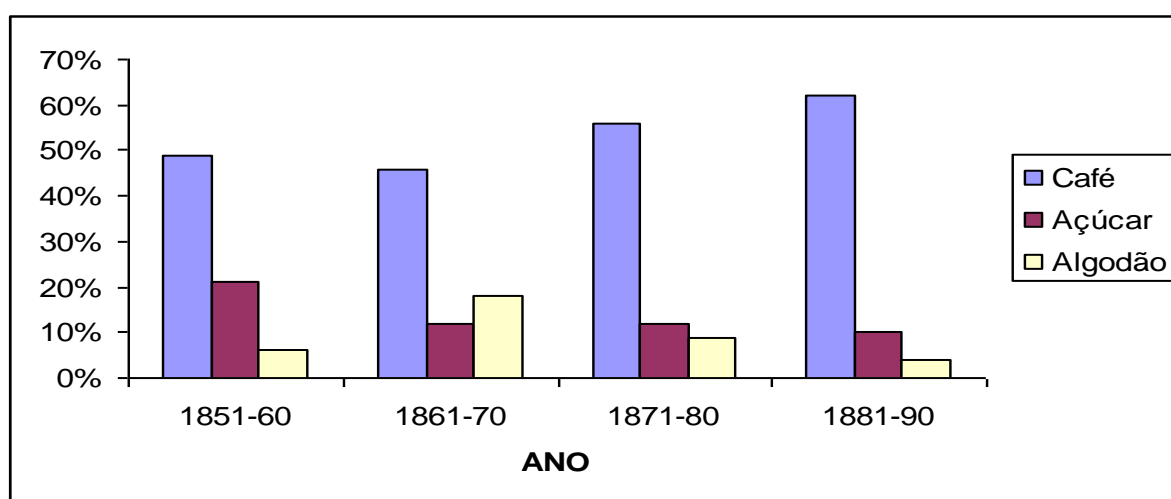
Outro ponto que nos chama a atenção é que, segundo a Enciclopédia Britânica do Brasil (1992), a alfândega de Portugal em 1731, recebeu carregamento de café vindo do Maranhão e do Pará, em forma de amostra, só chegou a Lisboa no ano seguinte. Esse fato detona que o café já era conhecido em outras partes do Brasil antes de 1727, ou vindo de outras partes do continente, ou ainda vindo direto de Portugal.

O que realmente se deve considerar é que não foi no Pará, no Maranhão ou outra região amazônica, que o cafeeiro iria se tornar a principal riqueza econômica brasileira em um período em que na Europa e nos Estados Unidos o consumo da bebida crescia de maneira acelerada, exigindo o aumento da produção. Com isso, o café começou a ser plantado no Rio de Janeiro por João Alberto Castelo Branco em 1781, dando início a um novo ciclo econômico no país (ANDRAD e JAFELICE, 2005). Esse posicionamento de Andrade é confirmado por Baer (2002, p. 38).

Com a melhoria dos padrões de vida na Europa e na América do norte, resultado do progresso ocasionado pela revolução industrial, o consumo de café intensificou-se rapidamente. Na quarta década do século XIX, o café era o principal item de exportação do Brasil.

O aumento da produção do café foi favorecido por uma série de fatores que ocorreram no século XIX. As culturas da cana-de-açúcar e do algodão (que eram produtos tradicionais de exportação) estavam em declínio, em razão da concorrência, no mercado internacional, com a produção de açúcar das Antilhas e de algodão dos Estados Unidos; por isso, o país precisava encontrar alternativas de fácil colocação no mercado internacional. (Furtado, 1982). Esse declínio das culturas da cana-de-açúcar e do algodão pode ser visualizado no Gráfico 1.

Gráfico 1-Participação média dos principais componentes da pauta de Exportação do Brasil entre 1850 a 1890



Fonte: Magalhães Filho, 1982

Além disso, o declínio do setor de mineração disponibilizou muita mão-de-obra e recursos financeiros para a região Centro-Sul, principalmente para Minas Gerais e Rio de Janeiro, que podiam ser aplicados em atividades mais lucrativas. (MAGALHÃES FILHO; 1982). Pensamento que é defendido por Toledo e Gancho (2003, p. 14).

Com o declínio da mineração em Minas Gerais e do Cultivo da cana-de-açúcar no Nordeste e no Rio de Janeiro, abriu-se a possibilidade da introdução da cafeicultura.

Externamente, a produção brasileira foi favorecida pelo colapso dos cafezais de Java que no decorrer do século XVIII se tornava o maior produtor mundial (Oliveira 2004; p, 128). O que é confirmado por (MAGALHAES FILHO 1982; p, 320).

O Brasil somente pode penetrar dessa forma no mercado, ultrapassando Java como maior produtor e exportador mundial, graças às vantagens comparativas que apresentava em relação à produção das colônias holandesas e francesas. Ainda que essas vantagens possam incluir as decorrentes de condições climáticas e de solo, a maior vantagem real estava na própria conjuntura econômica então atravessada pela região situada em torno do Rio de Janeiro.

A cultura do café no Brasil foi beneficiada pela estabilização do comércio internacional ocorrido após as guerras napoleônicas. Os países europeus se industrializaram, o que fez aumentar a renda “per capita” e, conseqüentemente, o consumo europeu cresce de forma acelerada. (MAGALHÃES FILHO; 1982; p, 319). O que também é confirmado por Silva (1981; p, 29).

No que se refere ao Brasil, e em particular à economia cafeeira brasileira, essas condições foram especialmente favoráveis. As cotações internacionais do café, estagnadas ou em baixa desde a independência de 1822, apresentam-se em alta a partir de 1850. O aparelhamento dos navios a vapor no Atlântico Sul deu novo impulso ao comércio de longas distâncias e em particular veio favorecer as relações comerciais entre Brasil, de um lado, e a Europa e os Estados Unidos de outro lado.

A importância econômica do café refletiu-se na sua expansão geográfica. Como está relatado na Enciclopédia Britânica do Brasil (1992; p, 475).

A expansão da cultura cafeeira no Brasil teve consideráveis conseqüências:
a) *Impactos ambientais, pois os cafezais exigiam imensas áreas o que resultou em extenso desmatamento. O café fez surgir uma paisagem nova: a “paisagem do café” em locais antes cobertos de florestas;*
b) *O café teve um desempenho econômico tão importante que em pleno período imperial, foi responsável pelo surgimento duma nova aristocracia rural tão rica quanto aos Senhores de Engenho do Nordeste açucareiro que foram os fazendeiros do Vale do Paraíba e da região de Campinas. Foram os chamados “Barões do Café”;*

c) A produção cafeeira promoveu o povoamento da varias regiões antes inabitadas e foi responsável pelo surgimento da muitas cidades pioneiras;

d) Depois da abolição da escravatura no final do século XIX, as lavouras cafeeiras passaram a ter maior necessidade de mão-de-obra. Essa necessidade foi suprida com a vinda dos imigrantes europeus, principalmente, dos italianos, que eram trabalhadores assalariados. Dessa forma, o café foi também responsável pelo desenvolvimento de trabalho assalariado no Brasil;

e) o desenvolvimento da cultura cafeeira exigiu também um sistema de transporte que fosse mais eficiente e, devido a essa necessidade, verificou-se a multiplicação das estradas de ferro e o aparelhamento do Porto de Santos que se tornou um dos maiores portos da América Latina e o principal porto de exportação de café do Brasil.

f) O café foi ainda o grande responsável pelo deslocamento do eixo da economia do Brasil, do Nordeste para o Sudeste.

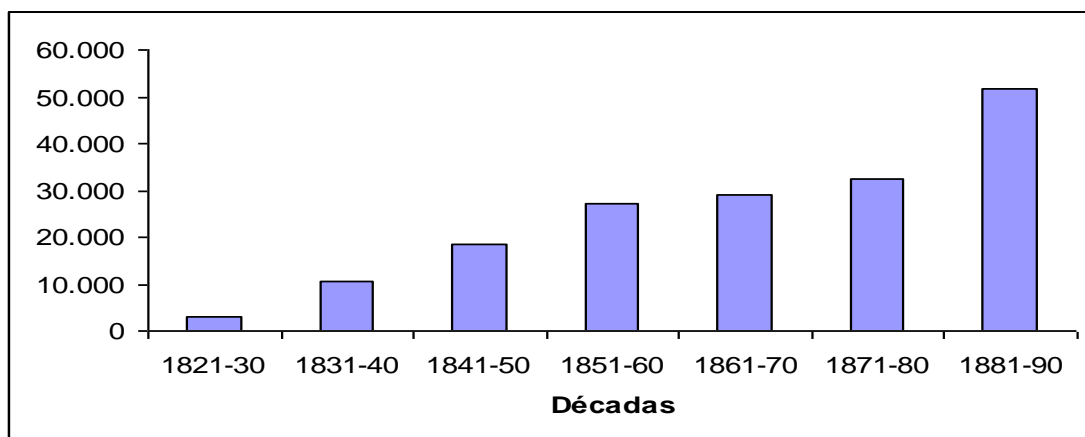
Inicialmente, difundiu-se pelo Vale do Paraíba (Rio de Janeiro e São Paulo), Sul de Minas e Espírito Santos. Depois, atingiu Campinas, dali expandiu-se para Ribeirão Preto e Araraquara e passou, posteriormente, para as regiões de terra roxa do Norte do Paraná e Mato Grosso. (TOLEDO e GANCHO, 2003).

O escritor Afonso Schimidt no seu romance *A marcha*, citado por Toledo e Gancho (2003; p, 23) descreve da seguinte forma da derrubada da floresta para as plantações de café:

O trabalho foi duro. Os machados cantaram sol a sol nos troncos das perobeiras; ao escurecer, ouvia-se o grito de alerta e, logo depois, a árvore pendia para o lado, desabava com estrondo, alarmando o silêncio da floresta. Centenas e centenas de troncos jacarandás tiveram o mesmo fim. Para trás, em pé, só ficou um pau-d'lho, como padrão de terra boa. (...)

As exportações brasileiras do café começaram a crescer a partir do ano de 1816. Nas décadas de 1830-1840, o produto assumiu a liderança das exportações do país, com mais de 40% do total; o Brasil tornou-se em 1840 o maior produtor mundial de café. A partir da década de 1860, o café passou a representar mais de 50% do valor das exportações. Começou então o período áureo do chamado ciclo do café. (MAGALHÃES FILHO, 1982). Conforme é demonstrado no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Exportação de Café no século XIX (1.000 sacas de 60 kg)



Fonte: Baer, 2002

Com a afirmação de Prado Jr. (1970, p.167), pode-se ter uma idéia da dimensão que teve o setor cafeeiro para a formação econômica do Brasil.

A lavoura do café marca na evolução econômica do Brasil um período bem caracterizado. Durante três quartos de século concentra-se nela quase toda a riqueza do país; e mesmo em termos absolutos ela é notável: o Brasil é grande produtor mundial, com quase um monopólio, de um gênero que tomará o primeiro lugar entre os artigos alimentares do comércio internacional. A frase famosa, “o Brasil é café”, pronunciada no Parlamento do Império e depois largamente vulgarizada, correspondia então legitimamente a uma realidade: tanto dentro do país como no conceito internacional, o Brasil era efetivamente, e só, o café. Vivendo exclusivamente da exportação, somente o café contava seriamente na economia brasileira. Para aquela exportação, o precioso grão chegou a contribuir com mais de 70% do valor.

A última década do século XIX foi um período bastante favorável para a expansão da cafeicultura. Enquanto a oferta brasileira crescia consideravelmente, os outros países produtores passavam por dificuldades. A produção asiática era prejudicada por pragas que dizimaram os cafezais no Ceilão. (FURTADO, 1982).

A pujança do café no Brasil se inicia com o surgimento de uma classe aristocrata que, por ser mais rica, a dos fazendeiros de café, supera a aristocracia rural do açúcar e se firma no cenário histórico do Brasil. (PILETTI, 1997).

Nesse cenário, ocorre a abolição da escravatura e acontece a Proclamação da República liderada por duas forças. Uma constituída por uma pequena camada de letrados da população: médicos, advogados, jornalistas, militares, etc. sem poder econômico, politicamente idealista, abolicionista e romântica. A outra formada por ricos fazendeiros de café, realista, essencialmente agrícola e escravocrata. (PILETTI,1997)

Depois de proclamada e constituída, a república foi governada pelo primeiro grupo por cinco anos. Mas, depois caiu nas mãos do segundo grupo organizado pelo Partido Republicano Paulista. (PILETTI, 1997).

É importante observar que juntamente com a República implantada a partir de 1889 e delineada pela Constituição de 1891. Estabeleceu-se a aplicação de um sistema liberal como indicado em seu preâmbulo transcrito abaixo.

Nós, os Representantes do Povo Brasileiro, reunidos em Congresso Constituinte, para organizar um regime livre e democrático, estabelecemos, decretamos e promulgamos a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Embora os cafeicultores fossem simpáticos ao livre comércio, alguns problemas eles enfrentaram. Esses problemas fizeram com que eles solicitassem a presença do Estado de forma mais ativa no mercado de café. (DELFIN NETTO, 1973).

O primeiro problema era o grande número de comerciantes e exportadores. As dez maiores empresas respondiam por mais de 60% do comércio e no início do século XX esses exportadores respondiam por mais de 80% do total. (SAES, 1997).

Outro problema a considerar é que esses exportadores possuíam grandes armazéns que podiam armazenar o café comprado em período nos quais as safras eram maiores, portanto, com preços mais baixos, e comercializados em período de safras menores com preços mais altos. Tirando proveito por meio de práticas especulativas, aproveitando as safras bianuais. (SAES, 1997).

Outro ponto a ser observado era o fato de que esses comerciantes controlavam a classificação do café cujos critérios de graduação qualitativa para o café brasileiro eram estabelecidos pela Bolsa de Nova Iorque, e não havia nenhuma informação sobre essa

classificação no mercado nacional. Essas empresas manipulavam o comércio de café e buscavam deprimir os preços o máximo possível no mercado interno. (SAES, 1997).

É claro que a queda dos preços não podia ser atribuída somente às especulações dos comerciantes, pois o problema do excesso da produção brasileira foi a principal causa. (DELFIM NETTO, 1973)

Dessa forma, os cafeicultores que se identificavam com as propostas liberais, encontraram justificativas para a intervenção do Estado no comércio cafeeiro que eram as distorções criadas pelas especulações e monopolização do mercado.(SAES, 1997).

Assim, os cafeicultores começaram a pressionar o governo para que interviesse no mercado, e foram sugeridas ações como por exemplo: limitar o mercado dos exportadores, limitar a produção, incrementar o consumo por meio de “marketing” externo, e os cafeicultores entendiam que a concessão de crédito rural pelo Estado também era uma forma de obter maior autonomia em relação aos exportadores. (SAES, 1997)

É importante ainda esclarecer que a aplicação do liberalismo formal da Constituição de 1891, através de um sistema político-jurídico adequado à realidade do país, não era viável. Isso deve-se ao fato de que o território brasileiro era muito grande e vazio, com uma população dispersa, inculta e marginalizada das atividades sociais mais importantes. (TEIXEIRA e DANTAS, 1974)

Sob o aspecto econômico, o país era constituído por um aglomerado de regiões produtivas, principalmente agrícolas e exportadoras e, portanto, dependentes do mercado internacional. A inexistência de um mercado interno forte e dinâmico para integrar as várias regiões em torno de interesses econômicos comuns, fortalecia as características do passado colonial recente. Assim, era natural e inevitável que regiões mais fortes predominassem sobre outras. Além das questões econômicas juntavam-se condições sociais e políticas: predominância absoluta das várias unidades regionais da classe proprietária (cafeicultores, senhores de engenho) e fragilidade dos grupos sociais urbanos e incapacidade de uma participação mais ativa na vida política do país por parte da maioria da população. (TEIXEIRA e DANTAS, 1974).

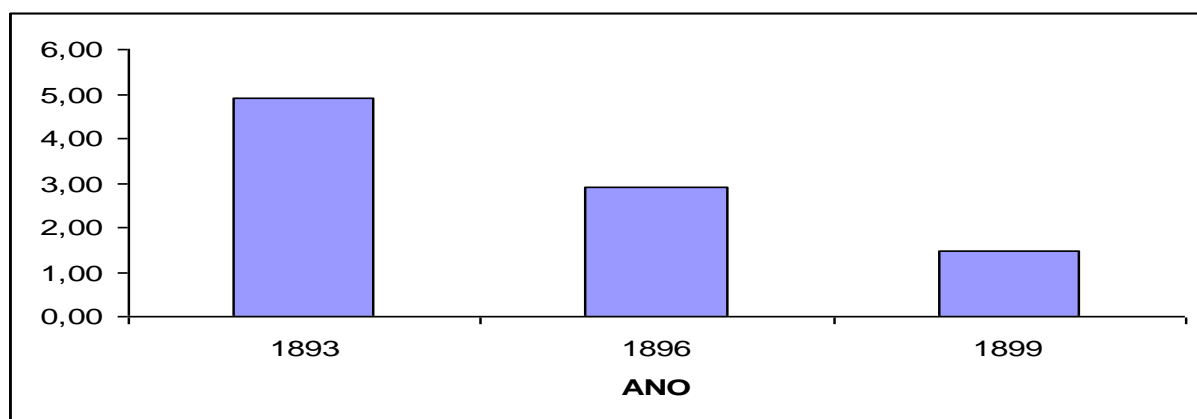
Dessa forma, considerando o caráter liberal da Constituição Federal de 1891, a República se constituiu em um modelo de Estado Oligárquico, em que o poder esteve ligado aos interesses dos grupos dos Estados mais ricos, ou seja, às oligarquias cafeeiras de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. (TEIXEIRA e DANTAS, 1974).

A consolidação no poder pela oligarquia do café se dá com a eleição do presidente Campos Sales em 1898 até 1922 com o fim do mandato do presidente Epitácio Pessoa. Esse período ficou denominado de República Velha controlada pelos fazendeiros de café de Minas Gerais e São Paulo, política que ficou conhecida como política de “Café com Leite”. (TEIXEIRA e DANTAS, 1974).

Com a descentralização republicana, com a qual os estados passaram a ter mais autonomia, o problema da imigração europeia, em substituição ao trabalho escravo, passou a ser responsabilidade dos Estados, principalmente São Paulo, e, portanto, com a participação mais direta dos produtores de café. E dessa forma, puderam resolver o problema da escassez de mão-de-obra com mais rapidez, o favoreceu o que desenvolvimento da cafeicultura. (FURTADO, 1982).

É importante observar que nesse período os preços do café sofreram quedas acentuadas, pois já havia sinais de superprodução aliada à crise nos Estados Unidos a partir de 1893. Como é demonstrado no Gráfico 3.

**Gráfico 3- Preço médio de sacas exportadas entre 1893 a 1899
(Libras Esterlinas)**

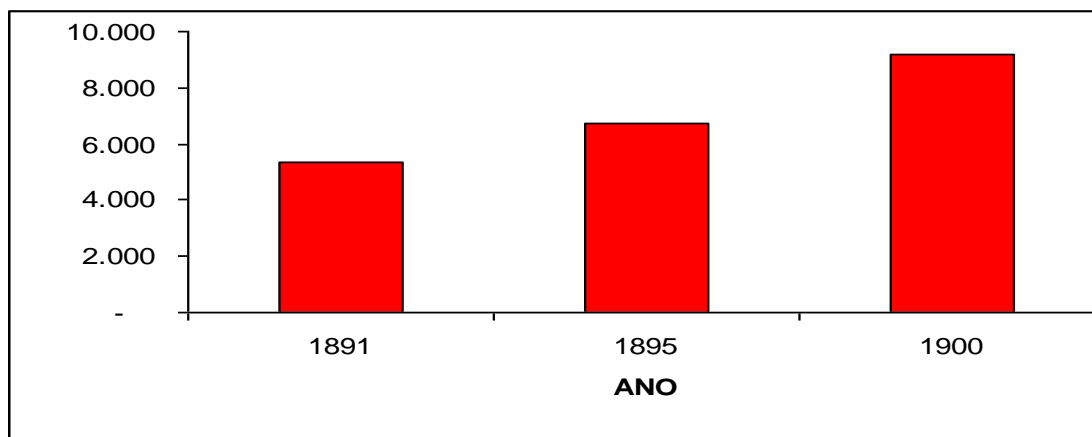


Fonte: Furtado, 1982

Porém, os cafeicultores foram beneficiados por um processo de desvalorização contínua da moeda do país o que favoreceu significativamente as exportações. Essa política ficou conhecida como Política do Encilhamento. Tinha como objetivo o estímulo à indústria e foi adotada por Rui Barbosa quando Ministro da Fazenda entre 1889 a 1891. A base dessa política era o incremento do meio circulante com a criação de bancos emissores cujos empréstimos tinham que ser aplicados somente no financiamento de novas indústrias e não da agricultura. Essa política beneficiou bastante a cafeicultura, pois o aumento do meio

circulante provocou uma desvalorização cambial o que promoveu o aumento das exportações. Como demonstrado no Gráfico 4.

Gráfico 4 - Exportações de café do Brasil entre 1891 a 1900
(1.000 sacas 60 kg)



Fonte:Magalhães Filho, 1982

É importante considerar que esse fato resultou no aumento da rentabilidade dos produtores em moeda nacional, mas crédito específico para a agricultura, praticamente, não havia neste período. (Sandroni 2004). Como explica Trevisan (s/d)

Na corrida de cavalos, a iminência da largada era indicada pelo seu encahamento, isto é, pelo momento em que se apertavam com as cilhas (tiras de couro) as selas dos cavalos. É o instante em que as tensões transparecem no nervosismo das apostas. Por analogia, chamou-se "encilhamento" à política de emissão de dinheiro em grande quantidade que redundou numa desenfreada especulação na Bolsa de Valores.

Para compreender por que o Governo Provisório decidiu emitir tanto papel-moeda, é preciso recordar que, durante a escravidão, os fazendeiros se encarregavam de fazer as compras para si e para seus escravos e agregados. E o mercado de consumo estava praticamente limitado a essas compras, de modo que o dinheiro era utilizado quase exclusivamente pelas pessoas ricas. Por essa razão, as emissões de moeda eram irregulares: emitia-se conforme a necessidade e sem muito critério.

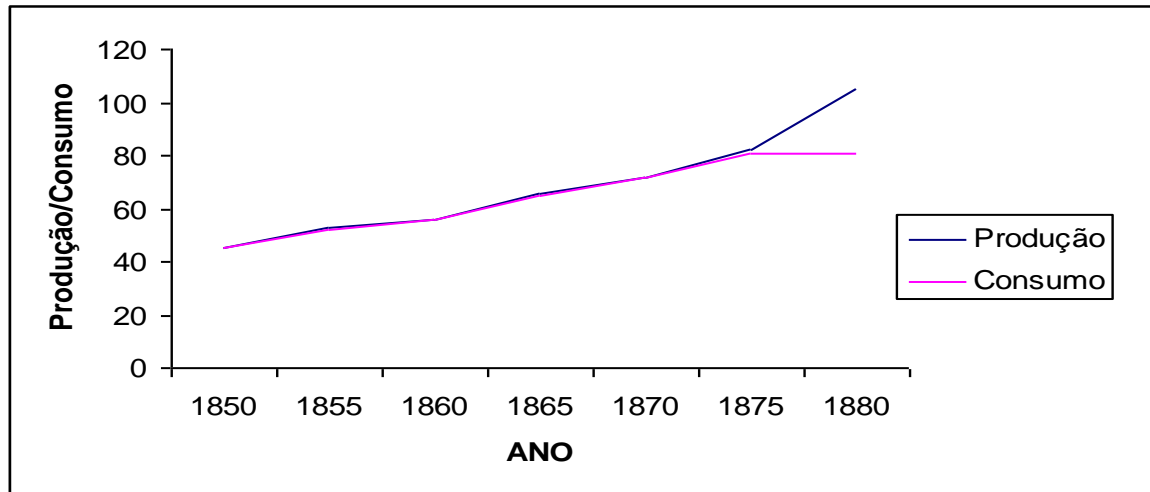
A situação mudou com a abolição da escravatura e a grande imigração. Com o trabalho livre e assalariado, o dinheiro passou a ser utilizado por todos, ampliando o mercado de consumo. Para atender a essa nova necessidade, o Governo Provisório adotou uma política de emissão de moeda em 17 de janeiro de 1890. O Ministro da Fazenda, Rui Barbosa, dividiu o Brasil em quatro regiões, autorizando em cada uma delas um banco emissor. As quatro regiões autorizadas eram: Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. O objetivo da medida era o de cobrir as necessidades de pagamento dos assalariados - que aumentaram desde a abolição - e, além disso, expandir o crédito a fim de estimular a criação de novas empresas.

Dessa forma, como explica Catelli Jr. (1992), socializou-se o prejuízo mediante uma política inflacionária o que foi insuficiente para resolver o problema que já surgia, a superprodução, e Furtado (1982; p, 178) esclarece:

A partir da crise de 1893, que foi particularmente prolongada nos EUA, começaram a declinar os preços no mercado mundial. O valor médio da saca exportada em 1896 foi 2,91 libras, contra 4,09 naquele ano. Em 1897 ocorreu nova depressão no mercado mundial, declinando os preços nos dois anos seguintes até alcançar 1,48 libras em 1899. Se os efeitos da crise de 1893 puderam ser absorvidos por meio da depreciação externa da moeda, a situação de extrema pressão sobre a massa de consumidores urbanos, que já existia em 1897, tornou impraticável investir em novas depreciações.

Como explica Saes (1997), a produção nesse período aumentou tanto que superou o consumo nas últimas décadas do século XIX, sendo que os efeitos dessa superprodução só foram sentidos no final do século quando a safra foi maior. O que é evidenciado no Gráfico 5.

Gráfico 5 - Produção e consumo de café entre 1850 e 1880 (100.000 sacas)



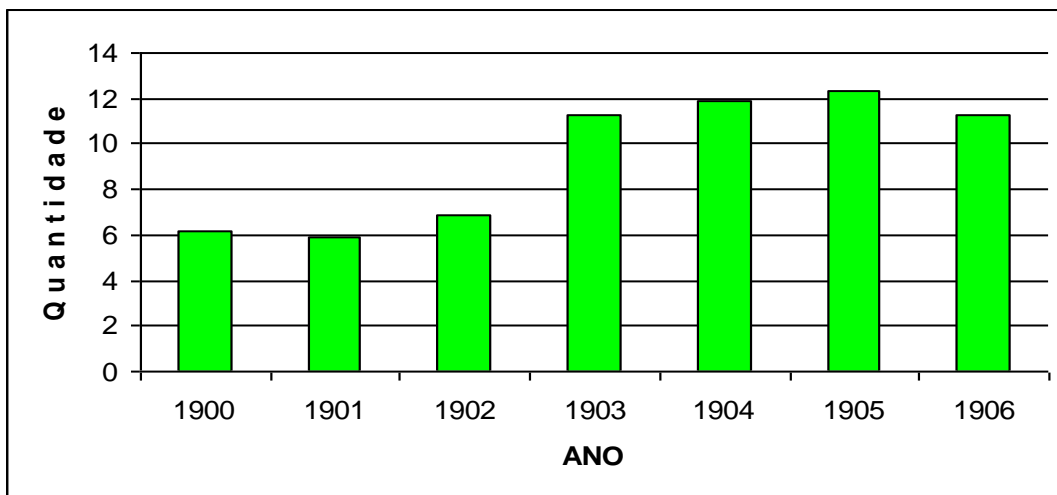
Fonte: Kingston 1973

Esse fato estimulou o Estado a adotar uma série de políticas de valorização do café já que era impraticável promover novas depreciações. O que é confirmado por Delfim Netto (1973; p, 61).

Como o câmbio, devido principalmente à inflação, caía mais depressa do que os preços externos do café, o sistema de preços não poderia regular e era claro portanto, que mais cedo ou mais tarde deveria se desenvolver algum mecanismo compensador

Os efeitos desse excesso de produção se tornaram mais graves nos últimos anos do século XIX quando a safra foi maior, os estoques mundiais estavam aumentando a cada ano a partir de 1900. Conforme mostrado no Gráfico 6.

Gráfico 6 - Estoque Mundial de Café de 1900 a 1906 (milhões de sacas)



Fonte: Delfim Netto, 1973

Dessa forma, observa-se que o mercado não se expandia no mesmo ritmo da oferta fazendo cair cada vez mais os preços em razão do desequilíbrio entre produção e consumo.

Essa situação de dificuldade motivou os governadores dos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro a se reunirem em janeiro de 1906 para celebrar o que ficou conhecido como o Convênio de Taubaté, que foi a primeira intervenção do Estado na Economia Cafeeira.

Capítulo 2 - O Estado na Economia

2.1 A Escola Fisiocrata e a Escola Liberal

As idéias sobre o liberalismo econômico surgiu em um contexto no qual chegava ao fim do predomínio do pensamento então dominante que era mercantilismo, segundo o qual era necessário estabelecer novos paradigmas, já que o capitalismo em pleno desenvolvimento assim o exigia. A idéia central do liberalismo econômico é a defesa da liberdade da economia de qualquer ação externa a ela, ou seja, a eliminação de todo tipo de interferências na Economia.

O Mercantilismo por sua vez era uma doutrina econômica que defendia, do século XVI a meados do XVII, o fortalecimento do Estado por meio da posse de metais preciosos, do controle governamental da economia e da expansão comercial. Para os mercantilistas, era certo que no comércio exterior um Estado só pode ganhar se outro perder, ou seja, o que para um país era um superávit para ou era um déficit (SANDRONI, 1988).

Diante dessa ênfase dada ao comércio internacional, a existência de um estado forte era de muita importância para a manutenção de uma política econômica com característica nacionalista. No plano interno, o Estado teria a função de garantir a unidade diante das fortes tensões criadas, e externamente para promover e suportar as guerras como é explicado por Montchrétien citado por Sandroni (1988; p, 32).

É impossível fazer a guerra sem homens, manter homens sem soldo, fornecer-lhes o soldo sem tributos, e arrecadar tributos sem comércio.

As idéias de não interferência do estado na economia eram defendidas por algumas linhas de pensamento que entre elas estavam a Escola Fisiocrata e, principalmente, a Escola Econômica Liberal.

Os fisiocratas, que tinham como maior representante François Quesnay, defendiam a agricultura porque, para eles, a terra é a única fonte de riqueza de uma nação. A indústria e o comércio embora sendo necessários, são improdutivos por se limitar à transformação ou ao transporte de mercadorias preexistentes (HUGON; 1995; p, 92). Como afirma o próprio Quesnay (1996; p, 302).

Os trabalhos da agricultura compensam os custos, pagam a mão-de-obra do cultivo, propiciam ganhos aos lavradores e além disso produzem as rendas dos bens de raiz. Os que compram as obras da indústria pagam os custos, a mão-de-obra e os ganhos dos marcadores; mas essas obras não produzem nenhuma riqueza a mais.

A Escola Fisiocrata defendia a idéia de que os fenômenos econômicos são livres e independentes de qualquer ação exterior conforme uma ordem imposta pela natureza e regida por leis naturais, como era o caso da agricultura. Cumpre ao Estado, portanto, conhecer estas leis e garantir para que elas atuem livremente. (HUGON; 1995)

Durante dos séculos XVIII e XIX, o pensamento econômico na Inglaterra evoluiu e acabou refletindo as mudanças que passavam a sociedade na época. Enquanto no século XVI, os mercantilistas viam na acumulação de ouro e de prata a maneira mais importante de enriquecer o país, a própria necessidade de exportar para adquirir o metal demonstrou que a verdadeira fonte de riqueza era a capacidade de produzir. Dessa forma, surgiram obras sobre as causas da riqueza, a divisão do trabalho, a ação do Estado, os salários, o mercado que, a partir da experiência da economia inglesa, vão fornecer as bases para a elaboração da teoria do liberalismo econômico. (MAZZUCHELLI, 2002)

O liberalismo econômico defende o fim da intervenção do Estado na produção e na distribuição das riquezas, o fim das medidas protecionistas e dos monopólios e defende a livre concorrência entre as empresas e a abertura dos portos entre os países. Esse pensamento foi defendido por escritores como Adam Smith, Thomas Malthus, James Mill, entre outros que formaram a Escola Clássica ou Escola Liberal. Segue-se abaixo o pensamento de alguns desses autores da Escola Liberal no que se diz respeito à atuação do Estado.

2.2 - Adam Smith

O escocês Adam Smith (1723-1790), publicou em 1776, a mais importante obra econômica do século XVIII: A Riqueza Das Nações, nessa obra procurou evidenciar que a riqueza de uma nação era o resultado do trabalho dos indivíduos. Smith, assim como outros economistas clássicos, centrou suas idéias nas transformações do processo produtivo ocorridas como consequência da Revolução Industrial. Ele defendia o pensamento de que não

é a prata ou o ouro que determina a prosperidade de uma nação, como entendiam os mercantilistas, mas sim todo trabalho humano e não apenas a agricultura como entendiam os fisiocratas (HUGON; 1995). Daí pode-se perceber a importância que Smith dava à liberdade do indivíduo.

Smith defendia o liberalismo e elaborou o conceito de racionalidade econômica no qual o indivíduo deve satisfazer suas necessidades sem qualquer tipo de preocupação com o bem-estar coletivo. Isso se deve ao fato de que o bem-estar privado e o bem-estar geral coincidem. Então é preferível dar plena liberdade aos interesses privados que, por consequência, os interesses coletivos serão satisfeitos. Essa busca egoísta e competitiva, no entanto, estaria na origem de todo bem público porque qualquer intervenção nessas leis naturais do comportamento humano bloquearia o desenvolvimento das forças produtivas e, assim, os homens são conduzidos por uma “mão invisível” que acaba promovendo o desenvolvimento de uma nação naturalmente (HUGON, 1995).

Para Smith, ao contrário dos mercantilistas, não havia necessidade de o Estado intervir na economia, pois a chamada "mão invisível", isto é, as leis naturais do mercado se encarregariam de promover o desenvolvimento econômico. Essas leis eram a livre concorrência e a competição entre os produtores, as quais determinavam o preço das mercadorias e eliminavam os fracos e os ineficientes. Assim, o próprio mercado direcionava e regulava a economia, promovendo a harmonia social, sem a necessidade de qualquer tipo de intervenção por parte do Estado. (Vinha, 2005). Como afirma Mazzucchelli (2002, p. 188).

A “Mão invisível” de Smith é a síntese que articula tais elementos: a interação espontânea entre os indivíduos qualquer que fosse a sua motivação, sempre redundaria em uma ordem virtuosa. Virtuosismo que só não seria alcançado quando a intervenção do Estado – à maneira das práticas mercantilistas – se sobrepusesse ao automatismo da vida social.

O Estado tinha, portanto, a função de não permitir que a economia sofresse nenhuma interferência, pois ela se auto-regularia. Adam Smith restringe as atividades do estado à manutenção da defesa comum, à manutenção da justiça e à realização de obras públicas necessárias. Assim competiria ao estado somente possibilitar o desenvolvimento das idéias capitalistas através do livre mercado. (VINHA, 2005).

2.3 - Thomas Malthus e David Ricardo

Na Inglaterra, disputas entre os latifundiários e os industriais chamaram a atenção de dois importantes pensadores da Escola Clássica, Thomas Malthus e David Ricardo. Os latifundiários defendiam uma política de proteção à agricultura e restrições às importações de gêneros agrícolas e os industriais defendiam o livre-cambismo. (COLON e PEDRO, 1995)

Além dessa disputa, Malthus e Ricardo estavam diante de uma importante questão social representada pela crescente miséria do operariado. Ao analisar esse problema social, Thomas Malthus elaborou a teoria da população, apresentada em seu livro "Ensaio Sobre o Principio da População", publicado em 1798. Segundo ele, a população crescia em progressão geométrica (1, 2, 4, 8, 16, 32, 64), portanto, com maior rapidez do que os meios de subsistência, que cresciam em progressão aritmética (1, 2, 3, 4, 5, 6 ...). O resultado era a miséria e a pobreza que se assistia na Inglaterra, em razão do desequilíbrio entre os recursos naturais e as necessidades da população. (SANDRONI, 2004)

Dessa forma, Malthus entendia que um homem que nasce em um mundo já ocupado não tem direito a reclamar parcelas de alimento já que não haveria lugar para ele. Assim, a natureza o forçaria a sair e não demoraria a executar a sua eliminação. Essa eliminação natural a qual Malthus se referia era o aumento da mortalidade devido à fome. (COLON e PEDRO, 1995)

Para resolução dessa questão, Malthus se mostrava contrário a qualquer tentativa do Estado em procurar resolver o problema da miséria, como as leis dos Pobres que era uma série de leis de amparo oficial aos pobres surgidas na Inglaterra do fim do século XV e durante o século XVI. Para Malthus essas leis serviam apenas como estímulo ao aumento populacional. (COLON e PEDRO, 1995)

Assim, Malthus defendia a idéia de que o Estado deveria limitar-se a defender os mais ricos e recusar quaisquer direitos aos pobres aconselhando-os apenas que não se reproduzissem. (COLON e PEDRO, 1995).

David Ricardo (1772/1823), em seu livro Princípios de Economia Política e da Tributação, publicado em 1817, colocou-se a favor dos industriais nas disputas referidas anteriormente desenvolvendo a Teoria da Renda Fundiária. Ele afirmava que o crescimento da população gerava a necessidade do aumento das áreas de cultivo, e como os terrenos mais férteis já estavam ocupados, era necessário incorporar novas áreas. Estas, por serem menos

férteis, exigiam maior adubagem e trabalho, o que significava preços mais elevados para os produtos agrícolas em geral. Consequentemente, aumentavam os rendimentos dos donos dos melhores solos. (HUGON, 1995)

Por outro lado, o industrial ficaria prejudicado, pois tinha que aumentar os salários dos empregados, em razão do aumento dos preços dos alimentos, diminuindo por consequência seus lucros, deixando de investir na produção e oferecendo menos empregos. Por sua vez, os trabalhadores seriam condenados à miséria, porque o aumento nominal do salário favorecia para que as pessoas tivessem mais filhos e com isso continuariam vivendo ao nível da subsistência. Com base nesse pensamento, Ricardo desenvolveu a teoria do salário natural, ou seja, o mínimo para a subsistência do trabalhador e de sua família. Era a chama da "lei férrea dos salários". Assim, o preço natural do trabalho depende do preço do alimento, necessidades e conveniências necessárias a manutenção do trabalhador e sua família. Com um aumento no preço dos alimentos e das necessidades, o preço natural do trabalho eleva-se prejudicando os industriais. (HUGON, 1995)

No século XIX, a "lei férrea dos salários" de Ricardo serviu para fornecer aos ricos proprietários e industriais o argumento de que eles precisavam para justificar o grau de exploração em que mantinham sobre os trabalhadores. Ricardo concluiu que se compadecer pela pessoa que trabalha, não só era descabida como também prejudicial. Pode por um lado criar esperanças e rendas a curto prazo, mas faz, por outro, aumentar o ritmo de crescimento populacional. Com o aumento da população aumentaria o nível de miséria. (COLON e PEDRO, 1995).

David Ricardo, assim como Smith, condenava qualquer intervenção do estado na liberdade econômica e ainda, por assimilar o pensamento de Malthus, condenava portanto, qualquer esforço por parte do Estado no sentido de se elevar os salários dos trabalhadores e salvar o povo da miséria, pois entraria em conflito com a lei econômica.

2.4 - John Stuart Mill

Stuart Mill, admitia que existiria uma escala de civilização segundo a qual os povos poderiam ser ordenados. No topo dessa escala estaria a Inglaterra e outros países modernos da Europa, e em sua base estariam os povos e nações que ele designava como atrasados. Dessa forma, Mill em suas concepções sobre como deveria ser a melhor forma de atuação do Estado

na economia, entendia que esta atuação dependeria do estágio em que se encontraria a sociedade. Assim, o Estado deveria ter um papel diferente conforme o grau de adiantamento em que se encontrava um país: “civilizados” uns e “atrasados” ou “bárbaros” outros. (MATTOS s/d)

Os países ditos civilizados caracterizam-se por uma população densa e estabelecida; comércio, manufatura e agricultura abundantes, pelo grande e crescente domínio da natureza, pela existência de instituições coletivas que garantiriam o respeito às leis e proteção a pessoa e a propriedade. (NEVES s/d)

Já os países considerados atrasados caracterizam-se por uma população esparsa e errante, pelo pequeno domínio sobre a natureza, pela falta de leis ou administração, pela pouca cooperação e ausência de vínculos dos indivíduos para com a sociedade. (MATTOS s/d)

Entre esses dois extremos estariam os povos que deixaram o estágio de “bárbaros” e são possuidores de instituições estabelecidas, leis, governos. Possuíam algum tipo de cooperação e de coletivismo. Embora mais aprimorados do que os bárbaros, não teriam alcançado o nível atingido por países como a Inglaterra. Com base nessa concepção da sociedade, Mill acreditava que o Estado atua conforme as diferenças culturais, políticas e econômicas de cada povo. (MATTOS, 1999)

Com relação aos povos considerados avançados, Mill admitia que as liberdades política, individual e econômica seriam as melhores formas de garantia do progresso social. No que diz respeito à atuação do Estado, ele defende como regra geral para os países avançados a não intervenção do Estado. Porém, essa defesa não significa ausência total do Estado. Isso porque Mill fez a distinção entre intervenções necessárias e facultativas. As intervenções necessárias seriam aquelas funções específicas do governo como arrecadar impostos, estabelecer leis de herança, manter a justiça, cunhar moeda, limpar as ruas, financiar pesquisas científicas entre outras. Entre as intervenções facultativas estariam as intervenções do Estado na economia. O Estado deveria evitar promover intervenções facultativas. (MATTOS s/d)

Assim, o papel do estado nas sociedades seria restringir ao máximo sua interferência, deixando a cargo dos indivíduos a organização, produção e execução da maior parte dos bens e serviços.

Já quando se trata dos países ditos atrasados o seu pensamento com relação ao Estado torna-se diferente. Mill acreditava que esses povos eram incapazes de auto-governar e, por isso, as formas de governo autoritárias ou paternalistas seriam mais adequadas às suas necessidades do que a democracia. Quanto às ações do Estado no que se refere à economia, Mill admitia que a política do “laissez-faire” não poderia ser adotada nesses países. Dependendo no nível de atraso deles, a intervenção do estado poderia se estender por toda a vida econômica e social. (MATTOS s/d)

Dessa forma, Mill entendia que a forma de governo deveria ser compatível com o nível de aprimoramento humano que prevalece na sociedade e deveria contribuir para sanar as deficiências da população com a finalidade de atingir o progresso.

2.5 - A Escola Keynesiana

A quebra de Bolsa de Nova Iorque, deu novos rumos à Ciência Econômica. A teoria econômica então vigente não proporcionava uma explicação à Grande Depressão, e não sugeria nenhuma política adequada para enfrentá-la. Nesse período, a contribuição de John Maynard Keynes (1883-1946), com a sua Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda foi muito importante. O que se chamou de “A Revolução Keynesiana” pôs em discussão a lei de Say, que afirmava que a oferta cria sua própria demanda, e dessa forma, sustentava que a possibilidade de haver problemas com superprodução era impossível. Os seus pontos de vista foram favoráveis a uma intervenção do Estado na vida econômica (obras públicas e política fiscal) e significaram mudanças na teórica política desenvolvida nos Estados Unidos em face da crise econômica iniciada em 1929. (SANDRONI, 2004)

Com a crise de 1929, o estado passou a intervir com mais intensidade nas relações econômicas como forma de fomentar a economia. Assim, passa-se de um livre mercado independente das ações do estado, para uma política intervencionista em que o estado é o principal responsável pelo desenvolvimento da economia (VINHA, 2005).

Keynes foi um dos principais defensores das idéias intervencionistas para retirar o mundo capitalista da depressão a partir de 1935, pois cabia ao Estado controlar a moeda e o crédito, aplicar uma política com tributos baixos e realizar grandes obras públicas no intuito de se possibilitar à sociedade os meios necessários para se adquirir rendimentos e movimentar a economia. (VINHA, 2005).

A mais importante atividade do Estado não está relacionada às atividades que os indivíduos já realizam, mas às funções que estão fora do âmbito individual, àquelas decisões que ninguém adota se o Estado não o faz. Portanto, na ótica dos defensores da intervenção do Estado, o prioritário não é fazer as ações que os indivíduos já estão fazendo, mas fazer aquelas coisas que deixam de ser feitas. Como afirma Simonsen: “A intervenção do Estado na economia se impõe sempre onde se mostrar falha ou ineficaz à iniciativa privada”. (SIMONSEN e GUDIN 1977; p, 203).

Portanto, para os defensores do intervencionismo, o Estado é o idealizador e realizador das políticas econômicas e sociais, intensificando a nacionalização da economia, através da constituição de monopólios estatais, possibilitando as condições para o desenvolvimento econômico. (VINHA, 2005)

Com base nesse pensamento intervencionista, surgiu o Estado do Bem-estar Social. Como explica Sandroni (2004; p. 220), é um sistema econômico baseado na livre-empresa que coloca o Estado como agente da promoção social e organizador da economia. Nesta orientação, o Estado é o agente gerenciador de toda vida social, política e econômica do país. Cabe, portanto, ao Estado do bem-estar social garantir serviços públicos e proteção à população. (VINHA, 2005)

O conceito de Estado de Bem-Estar Social, desenvolveu-se principalmente na Europa. Seus princípios foram defendidos pela social-democracia, tendo sido implantado com maior intensidade nos Estados Escandinavos tais como a Suécia, a Dinamarca, a Noruega e a Finlândia, sob a orientação do economista sueco Karl Gunnar Myrdal. (CARVALHO e WANDERLEY, 2007)

Esta forma de organização político-social, que se originou com base da Grande Depressão, desenvolveu-se ainda mais com a ampliação do conceito de cidadania, com o fim dos governos totalitários da Europa Ocidental, com a hegemonia dos governos social-democratas e das correntes comunistas da Europa, com base na concepção de que existem direitos sociais indissociáveis à existência de qualquer cidadão (LEAL 1990; p, 3)

Pelos princípios estabelecidos pelo Estado de Bem-estar Social, todo o indivíduo teria o direito, desde seu nascimento até sua morte, a um conjunto de bens e serviços que deveriam ter seu fornecimento garantido seja diretamente através do Estado ou indiretamente, mediante seu poder de regulamentação sobre a sociedade civil. Esses direitos incluiriam a educação em todos os níveis, a assistência médica gratuita, o auxílio ao desempregado, a

garantia de uma renda mínima, recursos adicionais para a criação dos filhos etc. (SANDRONI, 2004)

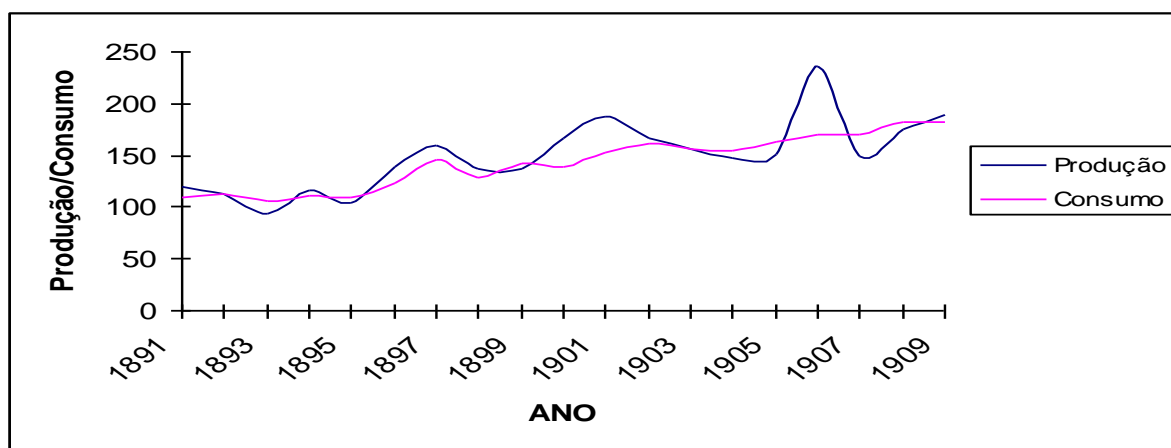
No final da década de 1930 estrutura-se a corrente denominada Teoria Neoliberal. Essa doutrina político-econômica representa uma tentativa de se adaptar os princípios do liberalismo econômico com as correntes do capitalismo moderno. Como a Escola Clássica, os neoliberais defendem que a economia é regida por uma ordem natural formada pelas livres decisões individuais e que a base é o mecanismo de preços. Porém, defendem o disciplinamento da economia de mercado para garantir-lhe a sobrevivência. Isso porque, diferentemente dos clássicos, não acreditam na autodisciplina espontânea do sistema econômico. (SANDRONI 2004; p, 421).

Capítulo 3 – O Estado na cafeicultura

3.1 - Políticas de Valorização do Café

Desde 1891, a economia cafeeira não andava bem. Enquanto a produção do café crescia em ritmo acelerado, os mercados consumidores (europeu e norte-americano) não se expandiam no mesmo ritmo. Conseqüentemente, sendo a oferta maior do que o consumo, a partir de 1891, o que é demonstrado no Gráfico 7, o preço do café começou a cair no mercado internacional naquele ano, trazendo sérios riscos para os fazendeiros.

Gráfico 7 - Evolução da Produção e do Consumo de café no Brasil entre 1885 e 1909 (100.000 sacas)



Fonte: Kingston 1973

Essa situação de degradação dos preços e de muita dificuldade, como explica Oliveira (2004), é fruto da falta de planejamento do país agindo sempre sob a pressão das circunstâncias, buscando o maior proveito sem vislumbrar os problemas maiores da coletividade. Isso porque os produtores se empolgaram com a perspectiva de grandes exportações para o mundo em déficit de milhões de sacas. Isso incentivou uma corrida no sentido de aumentar as plantações anunciando a crise.

Na tentativa de se evitar essa crise anunciada, a primeira ação governamental de limitar a oferta foi em 1902, com a proibição de plantar novos cafezais e replantação pelo prazo de cinco anos, e depois esse prazo foi estendido por mais cinco anos o que foi insuficiente (DELFIM NETTO, 1973).

Para resolver o problema, os governadores de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro reuniam-se na cidade de Taubaté, no interior de São Paulo. Decidiu-se então que, para

evitar a queda dos preços, os governos estaduais interessados deveriam contrair empréstimos no exterior para adquirir parte da produção que excedesse o consumo do mercado internacional. Dessa maneira, a oferta ficaria regulada e os preços poderiam se manter. Teoricamente, o café estocado deveria ser liberado quando a produção, num dado ano, fosse insuficiente. Ao lado disso, decidiu-se desencorajar o plantio de novos cafezais mediante a cobrança de altos impostos. Estabelecia-se, assim, a primeira política de valorização do café. Esse convênio, conforme Matos e Nunes (1993, p. 109), instituíam ações protecionistas que visavam garantir os preços do café adotando as seguintes medidas:

- a) Proibições de novas plantações para não aumentar a produção;*
- b) Promoção publicitária do produto a nível governamental visando estimular o consumo no mercado interno e externo;*
- c) Compra de excedentes de café pelo governo para criar estoques reguladores que seriam colocados no mercado quando a produção diminuísse garantindo a estabilidade dos preços;*
- d) Empréstimos externos de 15 milhões de libras esterlinas para custear a compra de café feita pelo Estado.*

O convênio recebeu várias críticas dos estados não produtores e por banqueiros ingleses. Estes entendiam que poderiam comprometer as finanças do tesouro nacional (Saes 1997; p, 56). E Matos e Nunes (1993; p, 107) faz, ainda, o seguinte comentário: “As medidas beneficiaram os cafeicultores, ao mesmo tempo em que comprometeram o desenvolvimento do país, porque não havia capital para investir em outras áreas”.

Na execução do plano, pode-se verificar que seria bastante difícil obter empréstimos externos para custear essa política de valorização. Além disso, os Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro tornaram-se indiferentes ao projeto porque o Estado de São Paulo foi o maior beneficiado. Não deixando de considerar, ainda, a oposição de outros setores agrícolas como os produtores de açúcar, tabaco e borracha. Como esclarece Saes (1997; p, 56).

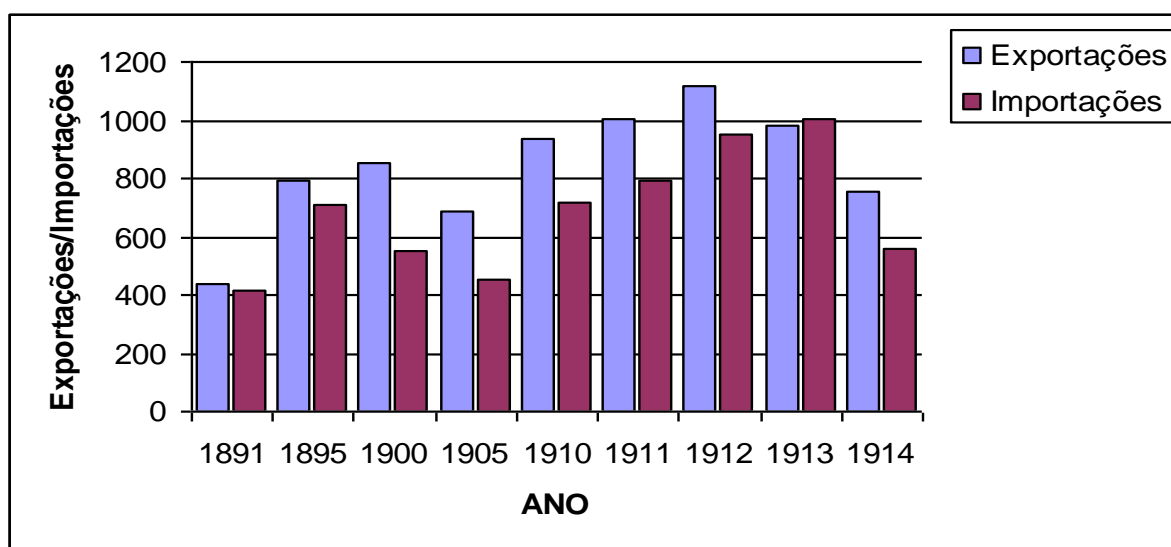
Também dentro do próprio setor havia os descontentes: os cafeicultores de Minas e do Rio se opunham, pois o plano apenas previa a compra de café de qualidade superior, principalmente produzido nas novas lavouras do Estado de São Paulo. Por sua vez, os produtores de açúcar, tabaco e borracha afirmavam que só concordavam com a política de valorização do café se fossem criados programas semelhantes para os seus produtos.

Diante desses fatores e considerando a autonomia que os estados adquiriam com a descentralização republicana, possibilitou ao Estado de São Paulo levar a política de valorização por sua própria conta. O que é confirmado por Silva (1981; p, 67).

Dada a larga autonomia concedida pela Constituição de 1889 aos governos dos Estados federados – que autorizava entre outras coisas, a fixar e recolher impostos sobre as exportações e a contrair empréstimos no estrangeiro – a grande burguesia cafeeira pôde aplicar essa política imediatamente através do Estado de São Paulo.

Os efeitos dessas políticas de valorização só foram sentidos a partir de 1909, pois os preços internacionais do café se elevaram, o que provocou um aumento das arrecadações dos setores exportadores e aumento das importações de bens de consumo (Matos e Nunes, 1993). O que é demonstrado no Gráfico 8.

Gráfico 8 - Exportações e importações do Brasil entre 1881 a 1914
(mil contos-de-réis)



Fonte: Magalhães Filho, 1982

Com o advento da primeira guerra mundial em 1917, o Estado intervém no mercado cafeeiro pela segunda vez. Os estoques se acumulavam nos portos principalmente em Santos diante da impossibilidade de exportação para a Europa o que certamente derrubaria os preços e, como o setor não havia saído da crise anterior, o sistema bancário não teria condições de

prestar qualquer auxílio. Diante desse quadro, o governo de São Paulo adquiriu junto ao governo federal recursos que possibilitou a compra de três milhões e cem mil sacas em Santos e no Rio de Janeiro. Esse quadro de dificuldades foi minimizado por geadas ocorridas em São Paulo que diminuiu a safra e pela lei seca nos Estados Unidos, o que fez aumentar o consumo de café naquele país. (MATOS e NUNES, 1993).

Saes (1997; p, 59) faz ainda a seguinte observação: “Na segunda valorização em 1918, uma geada reduziu sensivelmente a produção, o que teria provocado aumento de preços, mesmo sem a intervenção”. O que também é confirmado por Fritsch (1993, p, 1):

Em 1918 uma imensa geada havia arrasado os cafezais de São Paulo. Ora, a produtividade logo depois de uma geada é muito pequena, pois as árvores demoram um tempo para se recuperar. Em 1919, portanto, os estoques estão baixos. Além, há um grande crescimento da demanda dos países centrais devido ao fim da guerra e à desmobilização das tropas. O medo do desemprego com a desmobilização rápida dos homens, com as mulheres ainda nas fábricas, poderia provocar, conduz esses países a uma política econômica expansionista. Diga-se de passagem, também, que na Europa a população civil não tomava café havia muito tempo. Esse crescimento da demanda mundial, combinado à restrição da oferta, eleva o preço do café até às nuvens.

Com relação a essas ações do governo brasileiro no sentido de controlar os preços limitando a produção, Nascimento (2004, p. 2) faz a seguinte crítica:

Alguns analistas e estudiosos dizem que o estado de penúria provocado pelo café se dá simplesmente pela lei da oferta e procura (demanda), já que por possuir um grande número de produtores e não possuir barreiras a entradas fica muito suscetível a ter um abrupto aumento de oferta, gerando um excesso que, baseado na simples análise na lei do mercado, faz o preço tender a cair de tal forma que não será mais vantajoso produzir e forçará a alguns produtores desistirem da cultura e diminuir a produção elevando gradativamente o preço, e assim, sucessivamente. O que se deve mencionar é que será somente isso a problemática do café? A questão da relação do mercado? Então deve-se intervir no mercado de tal forma a coibir a produção? Dessa maneira vai equilibrar a oferta e demanda para que não haja excesso e conseqüentemente a queda do preço, levando ao empobrecimento das regiões dependentes. O problema não representa somente isso, na verdade do lado oposto da oferta está a demanda que tem poder para provocar uma mudança nesta relação do preço.

Percebe-se assim, que desde quando a cafeicultura foi introduzida no Brasil, ela se desenvolveu, principalmente na região Sudeste, de forma bastante significativa chegando a se tornar o principal produto de exportação do país.

Esse desenvolvimento ocorreu sem planejamento, com os setores agrícolas ligados à cafeicultura, agindo no mercado sem se dar conta de problemas futuros até que ocorreram as primeiras crises de excesso de produção e queda dos preços, fazendo com que esses produtores solicitassem a participação do Estado, mesmo simpáticos às propostas liberais, no sentido de proteger o setor, promover políticas de valorização do café que teve início em 1906, e se estenderam por toda a década de 1920.

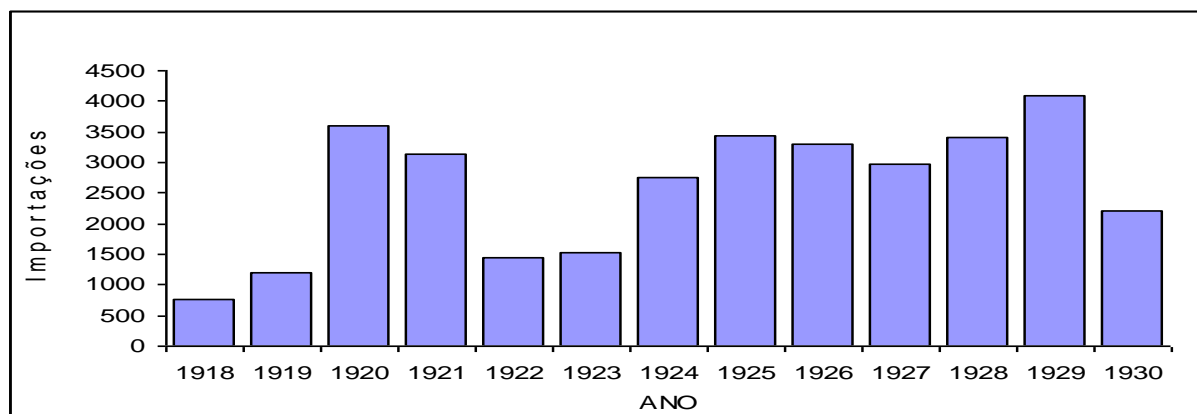
3.2 - A década de 1920 : A Defesa Permanente do Café

Em 1919, toma posse o Presidente Epitácio Pessoa (1919 a 1922), com as finanças do país em ótima situação, e o café passa a fazer parte dos negócios do governo federal. Isso porque o café se tornou tão importante para a economia nacional que o governo não poderia ficar alheio ao seu destino (OLIVEIRA, 2004).

Nesse período, a entrada de receitas de exportação era muito grande, em razão às grandes exportações de café, o que levou a uma apreciação cambial em um momento em que a indústria estava disposta a investir. Essa valorização, portanto, favoreceu para que os bens de capital ficassem mais baratos, e inicia-se um período de aumento das importações das indústrias. Como é mostrado no Gráfico 9.

Gráfico 9 - Importação de maquinário industrial entre 1918 a 1930

(1.000 libras)



O crescimento da atividade econômica repercute favoravelmente na receita fiscal do governo e o ano de 1919 tem início com expectativas positivas quanto às finanças do país.

Deve-se considerar, ainda, que nesse momento os Estados Unidos estava em fase inicial de disputa com Londres pela posição de centro financeiro e o Brasil começou a negociar empréstimos norte-americanos em 1920. Assim, esse momento favorável leva o Brasil a um programa de obras no nordeste em razão de uma grande seca ocorrida anteriormente e no Rio de Janeiro, visando à Exposição do Centenário em 1922. Explica Fritsch (1993).

As obras para a exposição são monumentais. O que tinha sobrado – e tinha sobrado muito – do morro do Castelo, foi levado para dentro d'água. Vários pavilhões foram construídos, muitos deles com dinheiro dos governos dos países participantes. De toda forma, a infra-estrutura da exposição consome um colosso de dinheiro.

Toda essa situação positiva, no entanto, se modifica depois em um período de crise mundial entre 1919 a 1922. Esse momento histórico mundial ficou conhecido com o período do *boom* e da recessão do pós-guerra. As origens dessa crise estão relacionadas com as mudanças na política econômica dos países centrais preocupados com o efeito da desmobilização das tropas. Esse receio não se confirmou, pois o desemprego causado com o fim da guerra não foi grande. Por outro lado, a expansão monetária muito acentuada e o crescimento rápido das economias no pós-guerra levaram ao enfraquecimento da moeda dos países europeus e dificuldade para combater a inflação gerada depois da guerra. Dá-se início a várias ações conservadoras desses países no sentido de restaurar o valor da moeda e a solidez financeira. (FRITSCH, 1993).

Essa mudança de postura das nações européias, com relação à política econômica, atingiu diretamente o preço de *commodities* em geral, mas particularmente o café pelas razões contrárias as que fez subir em 1918. Assim, com a crise passou a haver excesso de oferta e redução da demanda. (FRITSCH, 1993):

Nesse período de pós-guerra, os Estados Unidos, que era o principal comprador de produtos nacionais depois de 1918, estava aplicando capitais em programas de recuperação econômica da Europa e, portanto, não havia saída para a produção brasileira de café, que se mantinha em constante crescimento. Isso motivou a terceira intervenção do governo no

mercado cafeeiro em 1921, a chamada “Defesa Permanente do Café”. (MATOS E NUNES, 1993).

Essa nova política de valorização foi uma mudança importante com respeito à participação do Estado no mercado cafeeiro. Isso porque o governo federal esteve à frente dessa política enquanto que as duas primeiras intervenções foram lideradas pelos governos estaduais, principalmente São Paulo.(SAES, 1997). O que é confirmado por Delfim Netto (1973, 110), quando transcreve um trecho do discurso do Presidente do Brasil Epitácio Pessoa, justificando a intervenção do Estado no mercado de café.

O café representa a principal parcela no valor global de nossa exportação e é, portanto, o produto que mais oferece ouro à solução dos nossos compromissos no estrangeiro. A defesa do café constitui, portanto, um problema nacional, cuja solução se impõe à boa política econômica e financeira do Brasil.

O Presidente Epitácio Pessoa ainda justificou, em mensagem ao Congresso Nacional, que as crises no mercado cafeeiro tinham como causa dois fatores: a inconstância da produtividade das safras e a necessidade de crédito para armazenamento do café para evitar especulações por parte dos comerciantes.

Segundo o Presidente Epitácio, a única solução duradoura para o café seria uma instituição permanente. Assim, o documento-chave para essa institucionalização foi a mensagem dirigida ao Congresso Nacional em 17 de outubro de 1921. Nessa mensagem era sugerido um fundo que seria estabelecido com o montante de 300 mil contos, o qual teria a função de: conceder empréstimos às partes interessadas que ofereceriam o café como garantia, adquirir o café para regularizar a oferta e empreender uma campanha de publicidade no exterior. A fonte de capital para esse fundo seria: os lucros auferidos pelos programas de valorização, os lucros auferidos das transações do fundo e, se necessário emissões de moeda pelo Governo Federal. (PELAÉZ, 1973).

O fato é que esse programa de defesa do café, baseado em emissões internas de moeda, foi bastante debatido no Congresso e numerosas pessoas importantes da época solicitaram elevado financiamento. Como conseqüência, um volumoso programa de defesa permanente foi oficializado em 1922. Esse programa previa o aumento e defesa das indústrias

nacionais agrícolas, pecuárias e afins por meio de institutos de defesa permanente. Também seria criado o Instituto de Defesa Permanente do Café.(SAES, 1997)

Porém, como diz Pelaéz (1973), esse plano era divorciado da realidade e jamais foi implantado devido à mudança de administração já que o Presidente Artur Bernardes se opôs à proposta. Mas essa idéia interessou ao estado de São Paulo que iniciou um programa de defesa permanente com seus próprios recursos a partir de 1924.

A intervenção inicial realizada pelo Governo Federal, idealizada por Eptácio foi financiada com crédito concedido pela Carteira de Descontos do Banco do Brasil. Em 1921 o estoque nacional chegou a aproximadamente cinco milhões de sacas e o estoque mundial pouco mais de quatro milhões e meio de sacas. As perspectivas para a cafeicultura no Brasil eram de grandes dificuldades e nesse ano o Governo Federal já havia adquirido um milhão e quinhentas mil sacas. Em 1922 o governo federal contraiu um empréstimo de garantia ao café com as casas N.M Rothschild & Sons, Baring Brothers & Co. Ltd. e J. Henry Sshroeder & Co. Ltd. no montante de nove milhões de Libras Esterlinas. Esse empréstimo consolidou a dívida externa do café como também o financiamento interno. Assim, milhões de sacas de café foram retiradas do mercado através de compras feitas pelo Governo Federal. (PELAÉZ, 1973).

O contrato com os banqueiros estipulava uma venda mínima anual de 435 mil sacas. Dessa forma, esta valorização durou até 1924 quando foram vendidos os estoques remanescentes e o programa passou a ser conduzido pelo Estado de São Paulo. (PELAÉZ, 1973).

A política dessa terceira valorização sofreu intensas críticas. Costa (1925) estabelece alguns erros atribuídos a essa política.

Primeiramente, o erro inicial foi o de dar a incumbência de efetuar as compras de café para o governo sob a responsabilidade do Conde Alexandre Siciliano. Uma pessoa leiga em ciência econômica, excelente comerciante na área de máquinas agrícolas, mas que desconhecia completamente o mercado de café, nunca negociou com esse produto e nunca operou em bolsa de valores. A forma irrefletida quase bisonha, como diz Costa, como foram feitas as compras de café pelo governo chegou ao Congresso Nacional e mereceu a seguinte crítica do Senador Antonio Francisco Azeredo. Citado por Costa (1925; p, 20).

(...) Neste sentido, expuz succintamente as minhas idéas em um dos meus discursos, demonstrando a conveniencia de se fazer a valorização por gente experimentada e que sem ganância pudesse prestar um serviço inestimável á nação e à lavoura. O Governo federal, porém, chamando a si a valorização directamente, apesar do auxílio que lhe deram alguns Estados, ao invés de entregal-a aos interessados immediatos e á capacidade comprovada do Estado de São Paulo, preferio confial-a a outros agentes, um dos quaes parecia conhecer o assumpto, mas que interviera no mercado sem as cautelas reclamadas pela delicadeza do negocio. (...) (sic)

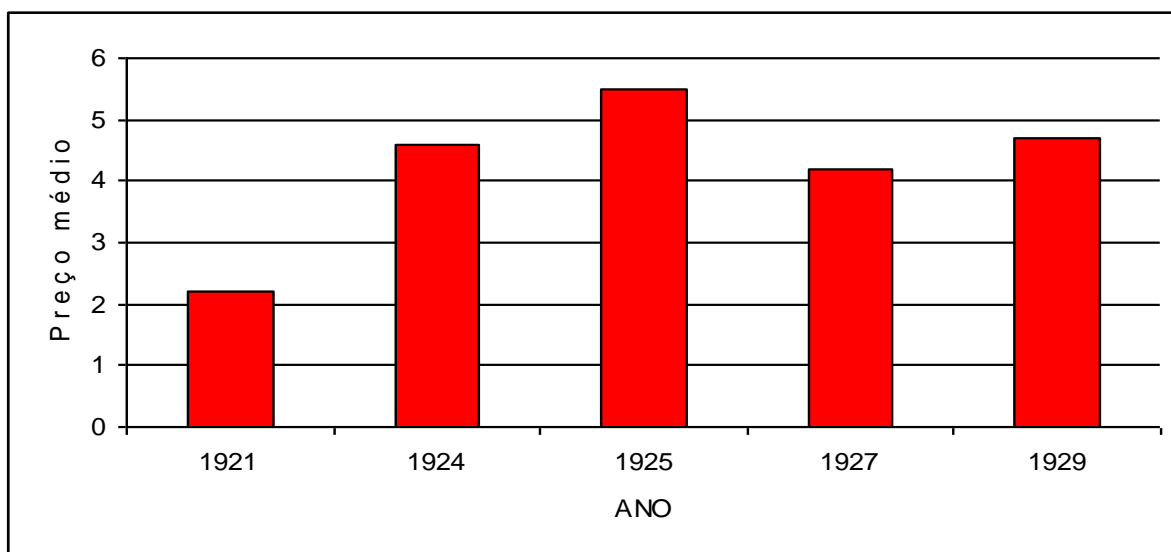
Em segundo lugar, o erro continuou a existir e com agravantes quando a função de agente comprador do governo foi transferida para a empresa britânica *Brazilian Warrant Company*. Isso porque a empresa, além de não ter vínculos que a ligassem aos interesses do país, era uma grande comerciante e uma grande especuladora de café com grandes operações realizadas em bolsa. Outro fator que a impedia de exercer essa função é o fato de ficar sob seu controle a Caixa Registradora. (COSTA, 1925)

Os contratos de compra de café que eram realizados na Bolsa de Santos para que fossem considerados legais, tinham que ser feitos na Caixa de liquidação ou na Caixa Registradora. A *Brazilian Warrant Company*, como detentora da Caixa Registradora ficou por algum tempo senhora da situação dos operadores e absoluta dominadora do mercado. Como afirmou Costa (1925; p, 21).

Compradora e vendedora de café em conta propria e por conta do governo e tendo á mão a Caixa Registradora, aquella empreza podia manejar o mercado á sua vontade, fazendo altas e baixas , das quaes sómente ella tiraria proveitos não pequenos. Passados os negocios a termo a serem registrados na caixa registradora e posta á margem na caixa de liquidação, a poderosa empreza britannica ficava perante todos os concorrentes na posição de privelyiada de “hors-concours”. (sic)

Apesar dessas críticas de Costa, essa política de valorização do café (baseada em grandes retenções) teve um resultado expressivo. Os preços e as exportações de café permaneceram constantes durante a década de 1920, mostrado no Gráfico 10.

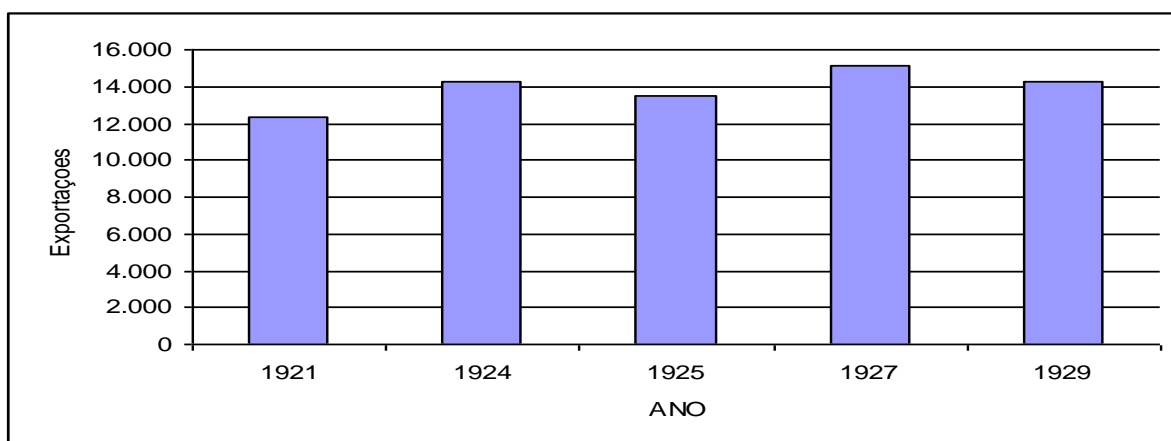
Gráfico 10 - Preço médio por saca de café entre 1921 a 1929
(em libras esterlinas)



Fonte: Magalhães Filho, 1982

É importante considerar também que essas políticas contribuíram para manter constantes na década de 1920 as exportações brasileiras de café, conforme está demonstrado no Gráfico 11. Considerando ainda o fato de favorecer o desenvolvimento da indústria nacional.

Gráfico 11 - Exportações brasileiras de café entre 1921 a 1929 (1.000 sacas)



Fonte: Magalhães Filho, 1982

Porém, essas políticas de valorizações deram origem a conseqüências graves. Um desses problemas foi, certamente, o incentivo aos países concorrentes do Brasil no mercado internacional a aumentarem suas plantações, tendo a certeza de que os preços elevados,

mantidos pela política de valorização no Brasil, dariam condições de obterem grandes lucros. Como é evidenciado na Tabela 1.

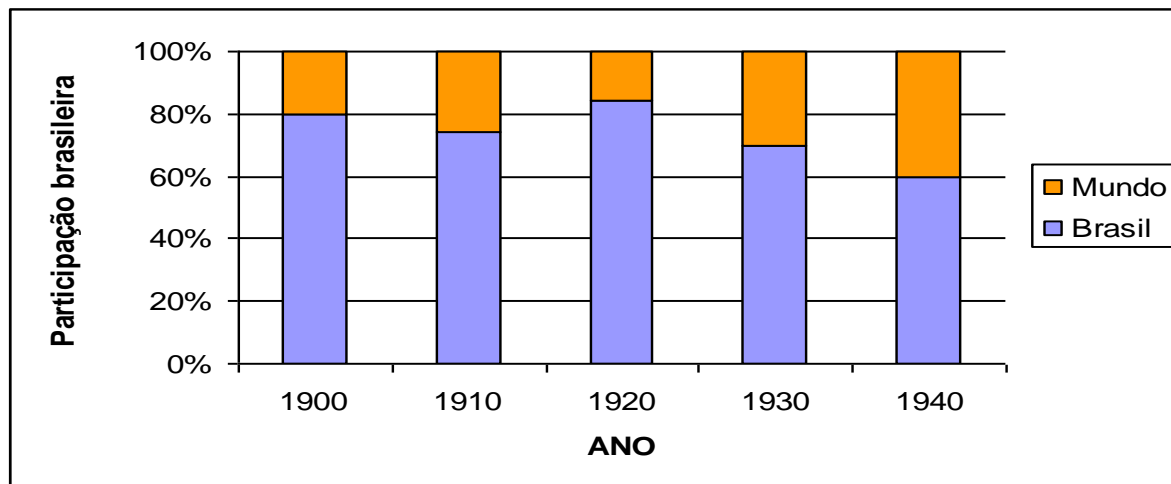
Tabela 1 - Produção mundial de café de entre 1920 a 1930
(milhões de sacas - 60 kg)

ANO	Mundo	Brasil	Outros países
1920/21	22,7	16,9	5,8
1921/22	20,9	13,9	6,9
1922/23	19,7	14	5,7
1923/24	22,5	15,6	6,9
1924/25	21,3	14,6	6,8
1925/26	22,8	15,8	7,1
1926/27	25,2	18,1	7,1
1927/28	35,6	27,7	8
1928/29	24,9	16,1	8,9
1929/30	37,7	29,8	8,3
Total	253,3	182,5	71,5

Fonte: Pelaéz, 1973

Dessa forma, o Brasil foi perdendo porções de mercados tradicionais por produtores concorrentes (Oliveira 2004). Como é demonstrado no Gráfico 12.

Gráfico 12 - Participação brasileira na produção mundial de café entre 1900 a 1940



Fonte: Toledo e Gancho, 2003

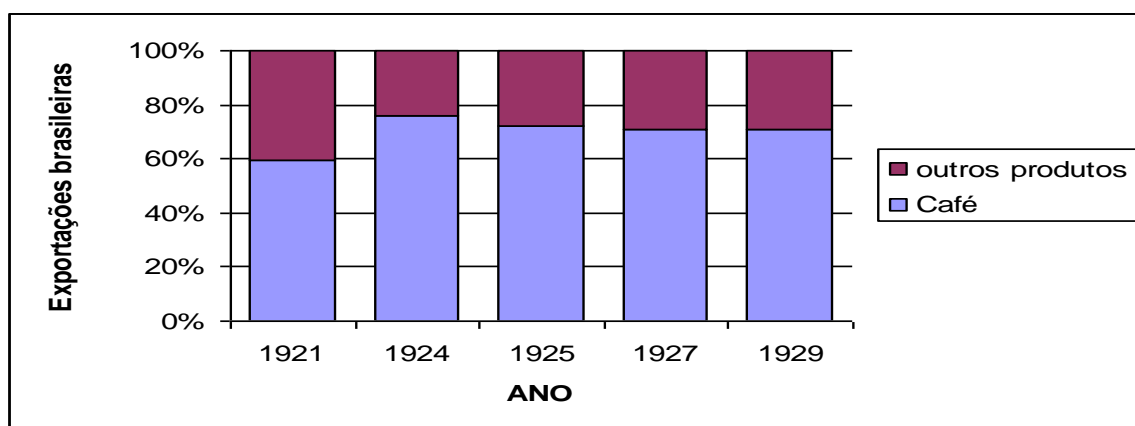
Furtado (1982; p, 180) ainda ressalta:

O plano de defesa elaborado pelos cafeicultores fora bem sucedido. Sem embargo, deixava em aberto um lado do problema. Mantendo-se firmes os

preços, era evidente que os lucros se mantinham elevados. E também era óbvio que os negócios do café continuariam para os capitais que nele se formavam. Em outras palavras, as inversões nesse setor se manteriam em nível elevado, pressionando cada vez mais sobre a oferta. Dessa forma, a redução artificial da oferta engendrava a expansão da mesma oferta, e criava um problema maior no futuro.

Outro problema dessa política é o fato de a pauta de exportações do Brasil ser praticamente reduzida a um só produto que era o café. Isso deixava a economia brasileira bastante fragilizada em períodos de crise, pois o café chegou a representar mais de 70% das exportações na década e 1920 (Baer 2002). Conforme demonstrado no Gráfico 13.

Gráfico 13 - Participação do café nas exportações brasileiras entre 1921 a 1929



Fonte: Magalhães Filho, 1982.

A necessidade de se implantar uma política intervencionista de maior amplitude, a necessidade de criação de um sistema de armazenagem no interior do Brasil em 1924 e com o encerramento do Plano de Defesa do Governo Federal, o Governo de São Paulo assumiu a Defesa Permanente e fundou o Instituto Paulista de Defesa Permanente do Café. O programa de ação desse instituto visava cinco objetivos: primeiro, regular a entrada de café em Santos. Um motivo de preocupação para os políticos era o influxo maciço de café em determinados períodos do ano, os preços de café caíam e o câmbio subia. Em outras épocas ocorria o inverso. Segundo, promover acordos com outros estados produtores. Terceiro, conceder empréstimos aos produtores e comerciantes garantidos pelo café armazenado em estoques reguladores. Quarto, adquirir café em Santos ou em outro lugar do Brasil sempre que as

condições de mercado o exigir. Quinto, melhorar as informações, estatísticas e publicidade do café. (PELAÉZ, 1973)

Nas valorizações anteriores, o controle dos estoques era feito pelas empresas estrangeiras concentrando os armazéns em seus países, o que tornava o custo de armazenagem muito alto e possibilitava as especulações por parte dos compradores que tendiam a depreciar os preços muitos mais do que se o café estivesse no Brasil. Assim, o Estado de São Paulo, nesse período chegou a construir armazéns para mais de treze milhões de sacas. (SAES, 1997).

A perda do controle sobre os estoques provavelmente foi o principal motivo da campanha contra o café brasileiro nos Estados Unidos, inspirada por torradores e importadores americanos. É justamente nesse período que se inicia a concorrência do café brasileiro com o café colombiano e os investimentos dos Estados Unidos na cafeicultura colombiana. (DELFIM NETTO, 1973)

A Defesa Permanente também se diferenciava das outras políticas pelo fato de o governo regular apenas a entrega do produto e seus ganhos não se responsabilizando pelos riscos da retenção que ficava a cargo dos produtores. A forma de funcionamento do controle do estoque do café demandava necessidade crescente de financiamento e exigia alongamento progressivo da dívida dos cafeicultores à medida que os estoques cresciam por causa do aumento contínuo da produção. Quanto maior a safra e o volume de estoque, maior a necessidade de empréstimos e maior a incerteza do setor financeiro a respeito de quando os certificados de depósitos seriam liquidados. Assim, imposição crescente de financiamentos, a retração do crédito em 1929 em razão da quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque e a negativa do Governo Federal de conceder financiamento, através do Banco do Brasil, provocou uma corrida dos detentores de títulos de café e a queda acelerada dos preços. (SAES, 1997)

Paralelamente às políticas de valorização, a partir de 1922, ocorreram várias manifestações contra o governo que se intensificaram com a posse do Presidente Artur Bernardes (1922-1926). Este foi um período que se caracterizou pela vigência de um “estado de sítio” justificado pelo governo em decorrência dessas revoltas principalmente a Revolta Tenentista. (TEIXEIRA e DANTAS, 1974)

O movimento tenentista foi uma revolta de oposição mais direta ao sistema oligárquico. Pela primeira vez ocorria um movimento dessa natureza contra o governo das

oligarquias, dominado pelos interesses dos grandes produtores e exportadores de café, que haviam criado uma estrutura política totalmente viciada, baseada no “coronelismo” e no controle sobre os "currais eleitorais". (CARMO e COUTO, 1997).

O Tenentismo foi um movimento organizado por meio do setor intermediário do exército, que angariou a simpatia da baixa oficialidade e, em parte, refletia a situação de marginalização política da classe média e certas peculiaridades do "espírito" militar, fortemente influenciado pela ideologia positivista, expresso no ideal de salvação nacional. Arruda e Piletti (1996; p, 298) que ainda esclarece:

O descontentamento da oficialidade jovem se devia a vários fatores como:
 1 – *O exército se encontrava abandonado, sem material, e o governo só lhe atribuía missões humilhantes, como depor governadores que não se enquadravam na política dominante.*
 2 – *Os jovens sofriam influência das idéias industrialistas e nacionalistas que se desenvolveram no país, principalmente depois da Primeira Guerra Mundial.*

Os tenentes defendiam reformas políticas moralizadoras no país, com a adoção do voto secreto, a criação de uma justiça eleitoral, e um projeto de industrialização com a participação do Estado. O movimento se intensificou no período do mandato do Presidente Artur Bernardes entre 1922 a 1924. Essa intensificação do movimento deu-se porque foi uma reação imediata contra o governo de Artur Bernardes que era considerado ofensivo ao exército e, também, uma reação mais ampla contra à oligarquia cafeeira dominante. (TEIXEIRA e DANTAS, 1974)

O espírito de luta dos tenentes, que se consideravam os únicos capazes de salvar a República das mãos das elites, fez com que o movimento ficasse isolado do restante da sociedade; foi desprezado pelas oligarquias regionais, pelos camponeses e pelas camadas urbanas. Nesse sentido, o movimento foi considerado como elitizado, pois caberia apenas a esse grupo a transformação do país. Matos e Nunes (1993; p, 139) ainda ressaltam:

Assim, os tenentes estabeleceram em seu programa político o combate à corrupção, ao mandonismo e à farsa eleitoral (consagrada pelo voto de cabresto) e defendiam o voto secreto e livre. Defendiam ainda uma administração honesta e competente, rejeitando os desmandos administrativos da Velha República, a corrupção, o nepotismo dos cargos públicos, os empréstimos estrangeiros e a dependência externa, a melhoria de vida da população e a superação da miséria. Adotaram como bandeira de luta o nacionalismo, a busca de um caminho desenvolvimentista próprio

através da industrialização, superação da dependência da monocultura cafeeira, sustentada pelo dinheiro público. Em resumo, partindo de uma crítica interna da própria instituição, os tenentes esboçaram um programa mais amplo de mudanças e transformações sociais.

Com a posse de Washington Luiz em 1926, o “estado de sítio” foi novamente instituído com o objetivo de se criar um alívio geral para o governo, diante do descontentamento do exército e das políticas do governo, e permitir uma ação de defesa mais ampla e completa por parte da Presidência da República. (TEIXEIRA e DANTAS, 1974)

Foi nesse cenário de crescente insatisfação, com as condições do Exército e com a política do governo, que fizeram surgir diversos levantes militares. Os principais movimentos tenentistas da década de 1920 foram em 1922 no Rio de Janeiro; em 1923, no Rio Grande do Sul e em 1924 em São Paulo. Contudo, já no final da década de 1920, no governo de Washington Luis, os problemas mais graves estavam na área econômica com o agravamento da crise do café, alimentada pelas Políticas de Valorização e ameaçada pela depressão econômica dos Estados Unidos. (TEIXEIRA e DANTAS, 1974).

Dessa forma, a década de 1920 é marcada no campo econômico pelas ações promovidas tanto pelo Governo Federal como pelos governos estaduais, em especial São Paulo, no sentido de proteger a cultura cafeeira das variações acentuadas de preços com o objetivo de manter a renda de uma classe privilegiada, que eram os cafeicultores, e manter o equilíbrio da economia nacional por causa da extrema dependência econômica do país em relação ao café e pela grave crise mundial iniciada em 1929 com a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque. A década de 1920 também é marcada pela falência da República Oligárquica cafeeira, pela falência do modelo liberal estabelecido pela Constituição de 1891 e pela intensificação do processo de industrialização movido pelo capital cafeeiro.

3.3 - A Grande Depressão de 1929

A crise econômica desencadeada a partir de 1929 reflete a crise mais geral do capitalismo e da democracia . No período entre guerras (1919 a 1939), a economia procurou encontrar caminhos para sua recuperação, por meio do liberalismo de Estado, ao mesmo tempo em que se consolidava o capitalismo. (MAGALHÃES FILHO, 1982)

Desde o final do século XIX, a indústria norte-americana obteve um grande crescimento no cenário da Segunda Revolução Industrial. Em 1912 foi eleito o presidente Woodrow Wilson, do Partido Democrata, por meio da defesa da Nova Liberdade, que começou a ser aplicada com a criação de leis trabalhistas específicas a algumas categorias profissionais, como os marinheiros, e de leis que pretendiam eliminar os grandes privilégios de pequenos grupos, através de mecanismos que coíbiam o controle de mercado, através do aperfeiçoamento da Lei Antitruste. No entanto, o início da Primeira Guerra anulou essa política e a economia passou a ser dominada por trustes, holdings e cartéis. (SAMUELSON, 1968)

O comércio de produtos industriais e agrícolas se ampliou com a abertura de créditos dos Estados Unidos aos aliados, seguida da concessão de empréstimos à Inglaterra e França. A produção norte-americana deu um salto muito grande em vários setores, destacando-se a indústria bélica, de material de campanha, de alimentos e mesmo de setores destinados ao consumo interno, uma vez que o potencial de consumo no país aumentou com a elevação do nível de emprego; ou ainda para a exportação, principalmente para a América Latina, tomando o lugar que tradicionalmente coube à Inglaterra. (ARRUDA e PILETTI, 1996).

Terminada a Primeira Guerra Mundial, realizou-se a Conferência de Paris, onde os três grandes países (Estados Unidos, França e Inglaterra) tomaram as principais decisões e impuseram os tratados aos países vencidos. No entanto, apesar da participação do presidente Woodrow Wilson, os Estados Unidos não criaram mecanismos que garantissem sua participação nas reparações de guerra ou o pagamento dos empréstimos e das vendas feitas aos países aliados, ao mesmo tempo em que não reivindicaram nenhum território colonial. (MAGALHÃES FILHO, 1982)

O fim da guerra provocou a retração da economia norte-americana, pois a indústria bélica diminuía o ritmo de produção, assim como os soldados que voltavam da guerra não eram absorvidos pelo mercado de trabalho. Entre 1919 e 1921, o país viveu a "Pequena Crise", determinando a queda dos democratas. (MAGALHÃES FILHO, 1982).

A partir de 1922, a França e a Inglaterra começaram o processo de recuperação e passaram a saldar suas dívidas com os Estados Unidos, porém esse procedimento somente foi colocado em prática, na medida em que os alemães pagavam as reparações da guerra. (MAGALHÃES FILHO, 1982)

A partir de 1924, os Estados Unidos passam a colaborar com a recuperação da economia alemã, fazendo investimentos no país, garantindo assim o pagamento das reparações e conseqüentemente das dívidas da época da guerra. Nesse período, após o ano de 1921 até a crise de 1929, ficou conhecido como *Big Business*, caracterizado por grande desenvolvimento tecnológico, grande aumento da produção em novas áreas como a automobilística, geração de emprego e elevação do nível de consumo das camadas médias urbanas. Dessa forma, a política econômica adotada pelos republicanos estimulava o desenvolvimento industrial em setores variados (ARRUDA e PILETTI, 1996). O que é confirmado por Matos e Nunes (1993; p, 100).

Nesse período, o capitalismo foi caracterizado pelo esforço de recuperação da Europa, pelo desenvolvimento tecnológico e pela implantação de empresas que cada vez mais dispensava mão-de-obra, os salários foram achatados, gerando desemprego e subemprego.

Paralelamente, as empresas norte-americanas passaram a dedicar-se mais à especulação do que à produção. As ações das empresas eram valorizadas artificialmente, deixando de corresponder ao capital que realmente possuíam. Um conjunto de grandes investidores comprava grandes quantidades de títulos em baixa, o que induziam outros a comprar mais daqueles títulos. No momento que aumentava a procura elevam-se seus preços e os especuladores colocavam seus títulos à venda. Assim, muitos começaram a aplicar suas economias em ações vendo a possibilidade de ganhos maiores. (MATOS e NUNES, 1993).

Arruda e Piletti (1996) abordam alguns fatores que são fundamentais para a compreensão da crise:

1) a superprodução que se desenvolveu durante e até mesmo depois da Primeira Guerra Mundial, quando o mercado consumidor estava em expansão.

2) A especulação na década de 20 foi um fenômeno que também alimentou a crise, pois como as empresas estavam obtendo altos lucros, suas ações tenderam a crescer, originando sociedades anônimas e empresas responsáveis apenas por gerir e investir dinheiro.

O dia 24 de outubro de 1929 ficou conhecido como a “quinta-feira negra”. Nesse dia a Bolsa de Valores de Nova York recebeu 16 milhões de ações sem compradores, pois todos

queriam vender seus títulos. Como consequência, pequenos e médios industriais faliram, despedindo milhões de empregados. Bancos e casas comerciais fecharam suas portas. Casas e apartamentos foram hipotecados ou vendidos abaixo do preço, o desemprego se propagava. (MATOS e NUNES , 1993)

A primeira expressão da crise ocorre no campo na medida em que as exportações diminuía. Os grandes proprietários não conseguiam saldar as dívidas realizadas no período da euforia. Além disso, eram forçados a pagar altas taxas para armazenar seus grãos, acumulando dívidas que os levou, em massa, à falência. A crise no campo refletiu-se nas cidades com o desabastecimento, pois o poder de compra diminuía à medida que a mecanização da indústria passou a gerar maior índice de desemprego; e ao mesmo tempo promoveu a quebra de instituições bancárias, que confiscavam as terras dos agricultores e, ao mesmo tempo, não recebiam os pagamentos dos industriais que passavam a não vender sua produção. (SAMUELSON, 1968).

A diminuição nas vendas das empresas determinou um grande aumento dos estoques e ao mesmo tempo privou os industriais de capital necessário para saldar suas dívidas ou manter sua atividade. Dessa maneira, muitos empresários passaram a vender suas ações no mercado financeiro como forma de levantar recursos e manter a produção; porém, em razão do processo especulativo, os valores das ações foram elevados fazendo com que milhares de pessoas passassem a vendê-las e, ao não encontrarem compradores, seus preços caíram de maneira acelerada levando os bancos e as indústrias à falência, determinando a queda dos preços dos produtos agrícolas, provocando o desemprego de milhares de pessoas: 3 milhões em abril de 1930, 4 milhões em outubro do mesmo ano, 7 milhões um ano depois, 11 milhões em outubro de 32, de 12 a 14 milhões nos primeiros meses de 1933. (MAGALHÃES FILHO, 1982).

A crise espalhou-se rapidamente pelo mundo, devido a interdependência do sistema capitalista. Os Estados Unidos eram o maior credor dos países europeus e latinos e passaram a exercer forte pressão no sentido de receberem seus pagamentos. Com a quebra industrial, o abastecimento do mercado latino americano foi afetado, provocando a falta de produtos e a elevação de preços, as importações norte-americanas diminuía e mais uma vez os países latinos sentiam os efeitos da crise, pois viviam da exportação de gêneros primários ou mesmo supérfluos, como o café no Brasil. (ARRUDA e PILETTI, 1996).

Na medida em que a economia européia se retraía, as áreas coloniais na Ásia e na África eram afetadas, pois aumentava a exploração das potências imperialistas. O único país a

não sentir os efeitos da crise foi a URSS, que naquele momento encerrava o primeiro Plano Quinquenal e preparava o segundo, ou seja, desenvolvia uma economia fechada, que não se utilizou de recursos externos, apesar das grandes dificuldades do país após a Revolução Russa e a Guerra Civil (ARRUDA e PILETTI, 1996).

O que é confirmado por Magalhães Filho (1982; P, 419).

A economia soviética foi a única a não sentir diretamente os efeitos da depressão internacional. Sendo uma economia socialista planejada, nela não podiam ocorrer as manifestações cíclicas do capitalismo, e seus contatos comerciais com o exterior eram relativamente reduzidos, não sendo portanto suficientes para influir decisivamente no planejamento interno.

Em 1926, o Brasil produzia três de cada cinco sacas do café que o mundo bebia. Com isso podia regular os mercados e regular os preços vendendo mais ou menos. Também não podia reter estoques por muito tempo, pois não podia suportar a progressiva acumulação de estoques, e ainda dependia do mercado consumidor externo o que o tornou mais vulnerável às crises (PILETTI, 1997).

Nesse período, o governo havia financiado 50% das safras retidas objetivando beneficiar as oligarquias cafeeiras. Assim, os altos preços, causados pela política de valorização, estimulavam a produção, o que provocava o aumento dos estoques. Isso dava a aparência de prosperidade das lavouras e ocultava um progressivo endividamento e aumentava a dependência externa (ARRUDA e PILETTI, 1996).

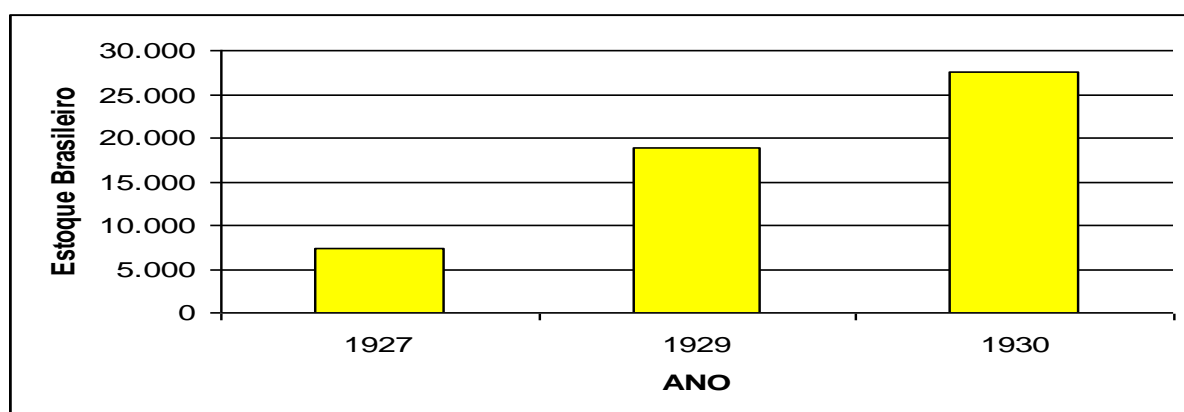
Dessa maneira, a crise de 1929 atingiu significativamente o Brasil, principalmente São Paulo, que era o principal fornecedor de café aos países estrangeiros conturbados financeiramente pela Grande Depressão. O Brasil perdeu o seu maior mercado consumidor: Os Estados Unidos. Os créditos internacionais foram suspensos, a política de valorização do café entrou em colapso desarticulando o restante da economia nacional.

A crise que se instalara em 1929 teve duas conseqüências que devem ser observadas. A primeira se refere de ao fato de que os efeitos dessa crise não poderiam ser superados por medidas convencionais até então adotadas, e a segunda diz respeito ao fato de que se acirraram as disputas e os conflitos que emergiam em um setor formado por segmentos distintos e regionalmente diferenciados: fazendeiros, comerciantes e banqueiros. Assim, um órgão federal de regulamentação atuaria como um árbitro entre os diferentes segmentos e seria uma resposta aos efeitos desagradáveis da crise (SAES, 1997).

3.4 a década de 1930: A destruição de café

A década de 1930 se inicia em meio às dificuldades da Grande Depressão que refletiu significativamente no Brasil, fábricas fecharam, demissões em massa ocorreram, salários caíram e havia dois milhões de desempregados no país. Caíram as cotações de café no mercado internacional e o Brasil, principal exportador deste produto, ficou bastante prejudicado, pois o café permaneceu sem saída, os estoques eram grandes devido às políticas de valorização na década de 1920 (CHIAVENATO s/d). O que é mostrado no Gráfico 14.

Gráfico 14 - Estoque brasileiro de café de 1927 a 1930 (1.000 sacas)



Fonte: Piletti, 1996

A produção mundial estava tendo as maiores safras justamente no momento em que se desencadeou a grande crise, o que é demonstrado no Tabela 2, tornando mais grave o desequilíbrio entre produção e consumo. (CHIAVENATO s/d).

Tabela 2 - Produção de entre 1930 a 1940 (milhões de sacas - 60 kg)

Ano	Mundo	Brasil	outros países
1930/31	25,2	16,6	8,6
1931/32	36,8	28,5	8,3
1932/33	25,8	16,6	9,2
1933/34	38,6	29,6	8,9
1934/35	25,9	18,2	7,7
1935/36	31,9	20,9	10
1936/37	37,2	26,4	10,9
1937/38	33,6	23,6	10
1938/39	33,4	23,3	10,1
1939/40	29,4	19,3	10,1
Total	317,8	223	93,8

Fonte: Pelaéz, 1973

Politicamente a situação se conduzia mal. Havia entre São Paulo e Minas Gerais um revezamento na Presidência da República, com a política do "Café-com-leite". Esse esquema sofreu um grande abalo. (VALENTINI, VILELA e ORDOÑES, 1990).

Atendendo aos apelos dos fazendeiros paulistas, o Presidente paulista Washington Luis impôs o nome do também paulista Júlio Prestes para sua sucessão em 1930, quebrando o acordo anterior, o que não foi aceito pelo Partido Republicano Mineiro. E este, inconformado, uniu-se ao Partido Republicano do Rio Grande do Sul e da Paraíba, formando a Aliança Liberal e lançando a candidatura de Getúlio Vargas à presidência. (PILETTI, 1997).

A Aliança Liberal recebeu apoio dos tenentes, das massas urbanas, das oligarquias descontentes com a política do Café-com-leite. Defendia o voto secreto, o voto feminino, anistia política, justiça eleitoral e leis trabalhistas. (CARMO e COUTO, 1997)

O paulista Julio Prestes venceu as eleições e a oposição alegou fraude eleitoral e articulou-se no sentido de tomar o poder. Nesse meio tempo João Pessoa, Governador da Paraíba, foi assassinado por um adversário político. Esse fato favoreceu para que houvesse várias manifestações e a Aliança Liberal, com o apoio dos militares, desencadeou a Revolução de 1930 pondo fim ao poder da oligarquia cafeeira. (PILETTI, 1997).

A Aliança Liberal, com Getúlio à frente, promoveu um golpe de estado tomando o poder e derrubou a velha situação. Em 1930 Getúlio Vargas toma posse como Presidente da República. (PIETTI, 1997).

O que é esclarecido por Boris Fausto (1970), citado por Teixeira e Dantas (1974, p. 152) .

O Estado que nasce em 1930 e se configura ao longo da década deixa de representar diretamente os interesses de qualquer setor da sociedade. A burguesia do café esta deslocada do poder em consequência da crise econômica; as classes médias não têm condições para assumir seu controle; os "tenentes" fracassaram como movimento político autônomo; os grupos desvinculados do setor cafeeiro, especialmente o industrial, não se encontra em condições de ajustar o poder à medida de seus interesses, seja porque tais interesses coincidem frequentemente com os daquele setor, seja porque o café apesar das crises, continua a ser um dos centros básicos da economia.

Dessa forma, foi inevitável, nessa conjuntura de instabilidade social e crise da economia, que o Estado acabasse assumindo clara proeminência sobre a sociedade levando a intervir cada vez mais na vida nacional . (TEIXEIRA e DANTAS, 1974).

A constituição de 1934 manteve o regime republicano, federativo e presidencial. Quanto à política econômica o Estado passou a ter o poder de instituir monopólios e realizar nacionalizações de interesses estrangeiros, especialmente no setor financeiro. Como demonstrado a seguir:

Art 115 - A ordem econômica deve ser organizada conforme os princípios da Justiça e as necessidades da vida nacional, de modo que possibilite a todos existência digna. Dentro desses limites, é garantida a liberdade econômica.

Parágrafo único - Os Poderes Públicos verificarão, periodicamente, o padrão de vida nas várias regiões da País.

Art 116 - Por motivo de interesse público e autorizada em lei especial, a União poderá monopolizar determinada indústria ou atividade econômica, asseguradas as indenizações, devidas, conforme o art. 112, nº 17, e ressalvados os serviços municipalizados ou de competência dos Poderes locais.

Art 117 - A lei promoverá o fomento da economia popular, o desenvolvimento do crédito e a nacionalização progressiva dos bancos de depósito. Igualmente providenciará sobre a nacionalização das empresas de seguros em todas as suas modalidades, devendo constituir-se em sociedades brasileiras as estrangeiras que atualmente operam no País.

Percebe-se assim que o liberalismo econômico garantido pela Constituição de 1891, mas não aplicado na prática pelo Estado, no que se diz respeito à cafeicultura, deixa de existir com a Constituição de 1934, que garante a intervenção estatal em qualquer setor econômico conforme a necessidade da vida nacional. A liberdade econômica fica, portanto, limitada a essas necessidades.

O intervencionismo do Estado ficou ainda mais facilitado e estimulado depois do golpe de Estado de 1937, já que a constituição daquele ano estabelecia normas ainda mais abrangentes que garantem mais poderes ao Estado de intervir na economia. Como demonstrado abaixo:

Art 135 - Na iniciativa individual, no poder de criação, de organização e de invenção do indivíduo, exercido nos limites do bem público, funda-se a riqueza e a prosperidade nacional. A intervenção do Estado no domínio econômico só se legitima para suprir as deficiências da iniciativa individual e coordenar os fatores da produção, de maneira a evitar ou resolver os seus conflitos e introduzir no jogo das competições individuais o pensamento dos interesses da Nação, representados pelo Estado. A intervenção no domínio econômico poderá ser mediata e imediata, revestindo a forma do controle, do estímulo ou da gestão direta.

Portanto, foi com poderes para intervir na economia, garantidos pelas Constituições de 1934 e de 1937, que o Estado direcionou os rumos da economia cafeeira durante quase toda a década de 1930.

Depois de 1929 a economia mundial foi, praticamente, toda abalada. Naquele momento, como a economia brasileira era essencialmente exportadora, a crise chegou rápida e violentamente. Entre 1928 e 1940 as relações de troca do Brasil caíram 65%, os preços internacionais do café caíram 66%. As cotações mundiais de café eram inferiores às cotações da crise do começo de século. (PELAÉZ, 1973)

As baixas cotações do café nesse período não podem ser atribuídas apenas à Grande Depressão. As políticas cafeeiras contribuíram para o colapso dos preços na medida em que favoreceram para o aumento excessivo das plantações, principalmente a partir de 1918, o que redundou no aumento crescente das safras depois de 1925, chegando ao ponto máximo da produção a partir de 1930 em plena crise mundial. (PELAÉZ, 1973).

O pensamento de Pelaéz (1973) e confirmado por Furtado (1982, p. 186) quando afirma que, no momento que a crise teve o seu início, a produção de café brasileira estava em altos níveis e a tendência era de crescimento devido ao aumento das plantações na década de 1920.

Dessa forma, havendo muitas dificuldades para obter crédito no exterior com o fim de manter o programa de retenção de novos estoques e com o esgotamento das reservas do país, a superprodução se tornou um problema que exigiu a resolução das seguintes questões (FURTADO 1982, p. 186):

- a) Que convinha, colher o café ou deixá-lo apodrecer nos arbustos, abandonando parte das plantações como se fosse uma fábrica cujas portas se fecham durante a crise?*
- b) Caso se decidisse colher o café, que destino se deveria dar-se ao mesmo? Forçar o mercado mundial, retê-lo em estoques ou destruí-lo?*
- c) Caso se decida estocar ou destruí o produto como financiar essa operação? Isto é, sobre quem recairia a carga caso fosse colhido o café?*

É necessário esclarecer ainda que sendo o café colhido ou não, a perda já existia e que abandonar os cafés sem nenhum tipo de indenização aos produtores seria fazê-los arcar com a maior parte do prejuízo. E como a classe cafeeira sempre buscou formas de transferir para a sociedade o peso das crises anteriores era natural que se buscasse esse caminho. (FURTADO 1982; p. 186)

Com o advento da crise em 1929 e com a Revolução de 1930, as políticas de valorização oficial do setor, estabelecidas pela política do Café-com-leite, foram suspensas tanto pelo governo federal quanto pelo Estado de São Paulo. Assim surgiram quatro problemas, principalmente para os paulistas. O primeiro diz respeito à situação financeira dos bancos paulistas que era crítica devido aos adiantamentos e empréstimos feitos aos cafeicultores e seus recursos estavam esgotados. O segundo refere-se às condições financeiras dos cafeicultores que também eram críticas, chegando ao ponto de não terem recursos para o transporte da safra. O terceiro era o fato de, para preservar a agricultura, era necessário efetuar adiantamentos aos cafeicultores. O quarto problema se referia à série crise cambial que o país estava passando pois, após a crise mundial, as reservas do país foram esgotadas. (PELAÉZ, 1973).

Para solucionar esses problemas, o governo do Estado de São Paulo encomendou à Schoeder & Co. um plano. Esse Plano foi adotado e consistiu em um empréstimo para a conversão do café para o qual o Estado de São Paulo contraiu um empréstimo de vinte milhões de Libras Esterlinas que correspondia a 720 mil contos em moeda nacional. Era estabelecida nesse plano a compra de três milhões de sacas de café a 60 mil-réis cada saca que formaria a reserva do Estado. O restante, 540 mil contos seriam adiantados a 40 mil-réis por saca aos cafeicultores paulistas totalizando 13,5 milhões de sacas que formaria a reserva dos produtores. Estava previsto, ainda, a venda mensal de 137,5 mil sacas das quais 112,5 seriam dos estoques dos fazendeiros e o restante, 25 mil sacas, do estoque do Estado. Estabeleceu-se também a criação de um imposto de três xelins (depois elevado para cinco xelins) por saca exportada para a formação de um fundo para despesas de serviço e pagamento do empréstimo. (PELAÉZ, 1973).

Quanto à administração do empréstimo Pelaéz (1973) esclarece, e lamenta, que foi pessimamente administrado, o que fez onerar ainda mais a situação econômica do país. As três milhões de sacas foram adquiridas a 100 mil-réis a saca ao invés dos 60 mil-réis estipulados. Sobraram 420 mil contos para o adiantamento aos cafeicultores. E, ainda, o próprio empréstimo foi utilizado em despesas de serviço e até mesmo no pagamento do principal.

Com a Revolução de 1930, Getulio Vargas assume a presidência com o compromisso de estudar propostas para solucionar a crise cafeeira. Em 1931 o Governo Federal se comprometeu a comprar, através do Ministério da Fazenda, todos os estoques de café existentes no Brasil em 30 de junho daquele ano, com exceção dos estoques referentes ao

empréstimo para a conversão do café pertencente ao Estado de São Paulo, retirando temporariamente esses cafés do mercado. Estipulou-se um imposto de 20% em espécie para todo café exportado. Fixou-se o preço máximo de compra pelo governo que foi de 60 mil-reis por saca, dos quais 20 mil-réis eram fornecidos pelo estado de São Paulo e uma taxa punitiva de um mil-réis por cada cafeeiro plantado com o objetivo de reduzir a produção futura. (PELÁEZ, 1973). O que é esclarecido por Saes (1997; p, 70) da seguinte maneira:

É nesse contexto que a continuidade da política de compra de excedente cafeeiro pelo Estado, a partir de 1930, não deve ser atribuída exclusivamente à pressão dos grupos agromercantis. A compra do estoque cafeeiro se fundamentou numa ação pragmática, uma vez que não restava ao governo federal outra alternativa vis-à-vis a absoluta dependência do país com relação ao café.

Baer (2002; P, 291) complementa.

A fim de lidar com o impacto imediato causado pela Depressão, o governo federal assumiu o programa de defesa do café dos estados. Isso, na verdade, significou que, pela primeira vez, o governo federal se envolvia diretamente no “pricing” e controle da produção de um setor produtivo. Uma intervenção direta posterior ocorreu por meio de controles de câmbio, introduzidos em setembro de 1931, a fim de racionar a escassa moeda estrangeira.

Em 1931 o setor cafeeiro se deparava com a crise mais séria. Isso porque os depósitos reguladores de São Paulo chegavam aproximadamente ao número de 18 milhões de sacas e a safra 1931/1932 era estimada em 17 milhões e meio de sacas. Logo, a quantidade de café disponível chegaria a 35 milhões e meio de sacas e o excesso seria de 26 milhões de sacas. E, nesse cálculo, não se inclui os estoques de café dos outros Estados Produtores. (DELFIM NETTO, 1973).

Primeiramente, buscou-se a defesa por meio da taxa cambial para amenizar a situação para os cafeicultores, o que foi um alívio para eles e os induziu a continuar colhendo o café, pressionando o mercado e agravando a crise. A produção e os estoques de café eram tão grandes que mesmo a característica da demanda de não baixar nos países de alta renda em momentos de depressões foi suficiente, ou seja, a superprodução não foi capaz de estimular um superconsumo. Muito café não pôde ser absorvido pelo mercado. Essa situação causou a queda catastrófica dos preços do café no mercado internacional e a falência do sistema de

convertibilidade que provocou a queda do valor externo da moeda transferindo para a sociedade essas perdas através do aumento do valor das importações (FURTADO, 1982).

O Estado de São Paulo declarou situação de emergência e propôs um acordo com os Estados produtores de café em abril de 1931. A cláusula principal desse contrato estabelecia um imposto de dez xelins, pago em moeda estrangeira, sobre cada saca de café exportada. Esse imposto era destinado à formação de um fundo usado para a compra de café, para eventual destruição dos estoques, objetivando igualar a oferta à demanda. Pouco tempo depois São Paulo elevou o convênio com os estados à categoria de lei estadual e criou-se o maior plano de sustentação do café da história do Brasil. (PELAÉZ 1973, p, 219).

Foram três soluções defendidas para a resolução da crise cafeeira: a eliminação definitiva da produção de café no interior do Brasil, o aprimoramento da produção através de novos métodos e a redução dos estoques por meio de sua destruição física. Essas ações necessitavam de um órgão com força suficiente para isso. Assim, foi criado pelo Governo Federal em 1931, o Conselho Nacional do Café (CNC). Esse órgão tinha em suas mãos as atribuições de: administrar as vendas dos estoques do empréstimo para a conversão; dirigir o programa nacional de sustentação, idealizado pelo o Estado de São Paulo, providenciando a compra e a destruição do café; e administrar a taxa de dez xelins por saca, proposta pelo convênio dos estados cafeeiros. (PELAÉZ, 1973).

A única alternativa naquele momento para vencer a crise era a destruição dos cafés, visto que não havia a possibilidade de o mercado absorver em um curto período todo o estoque e toda produção futura. O Brasil, como explica Oliveira (2004, p. 463), não foi o único a adotar políticas drásticas como essa. O Canadá incinerou trigo, e a Austrália destruiu lã dos seus rebanhos em quantidades gigantescas.

É importante ressaltar que no período compreendido entre junho de 1931 a julho de 1944 o Brasil queimou 78.214.253 (setenta e oito milhões, duzentos e catorze mil e duzentos e cinquenta e três) sacas de café de 60 quilos. (Oliveira 2004, p. 463) Conforme demonstrado na Tabela 3 abaixo.

Tabela 3 - Café destruído pelo Governo Federal de 1931 a 1944
(Milhões de Sacas de 60 kg)

Ano	Número de Sacas destruídas
1931	2.825.784
1932	9.329.633
1933	13.687.012
1934	8.265.791
1935	1.693.112
1936	3.731.154
1937	17.196.428
1938	8.004.000
1939	3.519.874
1940	2.816.063
1941	3.422.835
1942	2.312.805
1943	1.274.318
1944	135.444
Total	78.214.253

Fonte: Pelaéz, 1973

Nesse período, outras medidas foram tomadas para tentar restabelecer o mercado de café como: permuta de 1.275 sacas de café por 25 milhões de *bushels* de trigo dos Estados Unidos. A venda desse trigo resultaria para o governo federal a receita de 189 mil contos que seriam empregados na compra de estoques de café. Utilizou-se café como combustível nas indústrias, nas ferrovias, como adubo e, até mesmo, jogou-se café no mar. Todas essas ações eram para destruir um milhão de sacas por mês. O que era muito difícil devido ao grande trabalho de se destruir 40 mil sacas por dia. Estipulou-se diferenças de preços para impedir a entrada no mercado de café de qualidade inferior e aumento dos impostos de exportação. (PELAÉZ, 1973).

A partir de 1932, o Conselho Nacional do Café, que inicialmente fora constituído por meio do convênio dos estados produtores, começou a se enfraquecer, devido a críticas e, principalmente, depois que São Paulo aboliu quase todos os impostos de exportação. Esse enfraquecimento resultou na substituição do Conselho Nacional do Café pelo Departamento Nacional do Café. Saes (1997; p, 69) explica que:

De 1931 a 1933 foi um período de transição na política econômica cafeeira. Com a criação, pelo governo federal, do Conselho Nacional do Café (CNC), vinculado ao Ministério da Fazenda, e depois substituído pelo Departamento Nacional do Café (DNC), as ações tomadas, com o objetivo de superar a crise, era reduzir a oferta, que foi obtida com o contingenciamento no escoamento da produção por meio de cotas de exportação para retenção (nos portos, para exportação e, no interior, até sua liberação para exportação) e para o sacrifício (tendo que ser vendida para o governo a um preço abaixo do custo para a destruição).

Com a criação do Departamento Nacional do Café, as decisões sobre a política do café por parte do governo federal vão se tornando autônomas em relação aos interesses do setor, assim os interesses privados tornaram-se interesses gerais de acordo com a lógica do Estado. O que é esclarecido por Draibe (1985), citado por Saes (1997;p, 70),

Os interesses do “café” impregnaram-se na área econômica centralizada do Estado, foram assumindo como interesses gerais, e as políticas para o setor expressaram-se como políticas nacionais, também segundo as “razões” do Estado

Com essa centralização das políticas cafeeiras, dois problemas surgiram para o Estado. Primeiro, a política cafeeira se mostrava cada vez mais onerosa e o segundo se refere ao crescente descontentamento do setor. Órgãos como a Sociedade Rural Brasileira, que de início, colocou-se a favor das ações do Estado, passou em 1934 a criticá-la. Como o DNC não possuía total autonomia, acabou cedendo às pressões de vários segmentos organizados da cafeicultura. (SAES, 1997).

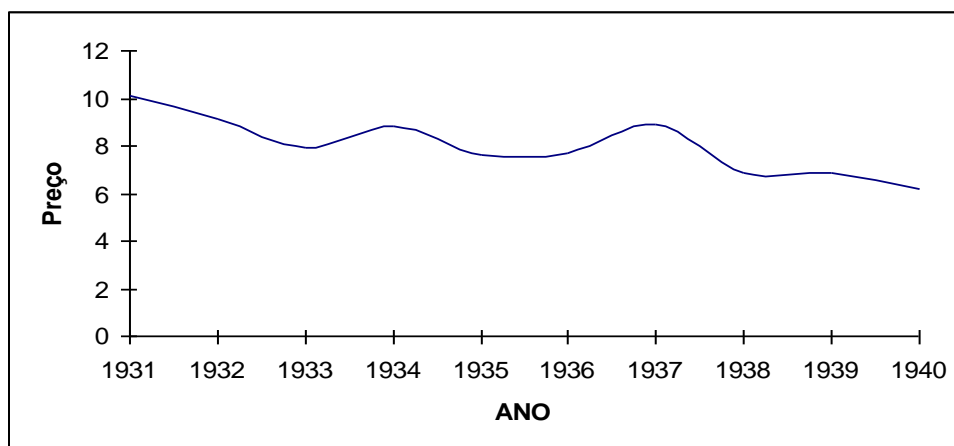
Os ataques ao DNC aumentaram quando se verificou o fraco resultado desse órgão no sentido de elevar os preços do café no mercado internacional. Em razão disso, a Sociedade Rural Brasileira em 1935 já pedia a extinção do DNC, a extinção de todos os impostos e a liberação do comércio. E afirmava que os estados eram qualificados para a aplicação da política cafeeira. (SAES, 1997).

No fim de 1937, o Estado, cedendo às pressões do setor privado, promoveu uma reorganização da política cafeeira. Abandonou-se parcialmente a sustentação dos preços, adotando um *dumping* internacional do café com o objetivo de obrigar os concorrentes a negociar um acordo internacional. Em 1938 com o comércio livre, os preços caíram 25% e

houve um aumento de 40% das exportações. O que foi insuficiente, já que logo depois teve início da segunda guerra mundial. (DELFIM NETTO, 1973)

Os preços do café permaneceram defasados durante toda a década de 1930. Mesmo com a recuperação econômica compreendida entre 1934 e 1935, resultado da melhoria da situação econômica dos países industrializados, os preços permaneceram baixos e caíram ainda mais até o final da década. Como mostrado no Gráfico 15.

Gráfico 15 - Preço de importação do café nos Estados Unidos em cents/libra-peso



Fonte: Delfim Netto, 1973

Portanto, no que se refere à cafeicultura, a década de 1930 foi marcada por intensas ações do Estado com o objetivo de restabelecer o mercado cafeeiro buscando a elevação dos preços do café com a tentativa de adequar a oferta às necessidades do mercado. Porém sem sucesso, pois os preços permaneceram em queda durante toda a década de 1930.

Também a década de 1930 foi marcada pelo crescente processo de intervenção do estado na economia não só na cafeicultura, mas também em outros setores economia nacional. Como a produção de cimento, ferro gusa, aço laminado, tecidos de algodão, papel, pneumáticos, carvão, etc. (TEIXEIRA e DANTAS, 1974).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após as análises das políticas aplicadas na cafeicultura nas décadas de 1920 e 1930, pode-se considerar não confirmada a primeira hipótese e confirmadas as segunda e terceira hipóteses.

No momento em que se desencadeou a Primeira Guerra Mundial em 1918, realmente houve a impossibilidade de exportar para a Europa. Porém, a geada ocorrida em 1917 que arrasou as plantações de São Paulo reduzindo a oferta naquele momento e, ainda, uma lei seca instituída nos Estados Unidos, o que fez aumentar o consumo naquele país, favoreceram para que houvesse elevação nos preços independente dos resultados da Segunda Valorização, ou seja, mesmo ocorrendo a Primeira Guerra Mundial, houve redução da oferta e aumento do consumo nos Estados Unidos.

Quando a guerra chegou ao fim, as plantações já estavam recuperadas da geada e a oferta se regularizou em um período de crescimento da demanda na Europa no pós-guerra, elevando os preços do café, dando início a um período extremamente favorável no princípio da década de 1920.

Assim, percebe-se que em princípio a Primeira Guerra não afetou a cafeicultura nacional já que houve um aumento do consumo nos Estados Unidos aliada com a geada que reduziu a oferta. No pós-guerra, a cafeicultura foi beneficiada com o aumento da demanda e a Política de Valorização aplicada em 1917, não influenciou de forma considerável o mercado.

No que se refere à segunda hipótese observa-se é que, com a Proclamação da República, a Constituição de 1891 possibilitou grande autonomia aos estados federados. Isso favoreceu para os Estados mais ricos da república que eram os produtores de café (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais) se articulassem no sentido de assumirem a Presidência do País de forma revezada, ora São Paulo, ora Minas Gerais estavam no poder. Essa política que ficou conhecida como Café Com Leite foi a responsável pelas Políticas de Valorizações de 1906, 1917 e 1921.

Essas políticas tinham como objetivo promover ações no sentido de beneficiar os próprios Estados produtores, elevando os preços do café no mercado internacional o que causou críticas de produtores de açúcar, tabaco e borracha que desejavam que programas semelhantes fossem desenvolvidos para seus produtos e outros setores da economia alegavam,

que a aplicação de recursos nas políticas de valorização, comprometiam os investimentos em outras áreas da economia.

Com relação à terceira hipótese, a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929, desarticulou-se a economia mundial e os países capitalistas entraram em profunda crise. Diante da crise, em 1930, Getúlio Vargas assumiu o governo federal mediante um golpe de estado causando abalos à oligarquia cafeeira então dominante, pondo limites à autonomia dos estados federados garantida pela Constituição Federal de 1891.

No momento da crise os cafezais estavam no auge da produção, os estoques eram imensos devido às políticas da década de 1920 e a produção futura era enorme. Nesse período o café era responsável por aproximadamente 70% da pauta de exportações e não havia para onde exportar e os preços eram muito baixos. Diante dessa extrema dificuldade o governo de Vargas não teve outra alternativa a não ser intervir no mercado cafeeiro com o objetivo de não mais privilegiar uma classe produtora e sim, salvaguardar a economia nacional extremamente dependente do café. Para isso, foram tomadas medidas como aumento de impostos sobre exportações de cafés de qualidade inferior, redução das plantações mediante tributos sobre cada pé de café plantado e medidas drásticas foram tomadas como a destruição de milhões de sacas de café durante toda a década de 1930 e parte da década de 1940.

Observa-se ainda, que as políticas aplicadas na cafeicultura, com exceção da valorização de 1922, tiveram à frente os governos estaduais, principalmente São Paulo, em razão da liberdade dada pela Constituição da época. Essas políticas de valorização se caracterizaram em uma ação do Estado no sentido de solucionar as crises de superprodução que ocorriam periodicamente. Assim, por causa da importância estratégica do setor cafeeiro e a dependência econômica do país em relação ao café, a defesa desse produto nesse período se tornou de extrema importância para a sobrevivência do próprio aparelho estatal.

A partir de 1930, com o golpe de estado, se estabeleceu limites aos governos estaduais passando-se as decisões sobre as políticas nacionais a serem centralizadas pelo Governo Federal. Dessa forma, percebe-se uma mudança de postura do Estado no que diz respeito às políticas cafeeiras. Ao invés das intervenções esporádicas que respondiam aos momentos de crise, o Estado passa a agir sistematicamente para a tentativa de manutenção e estabilidade dos preços. Através do DNC, o Estado passou a controlar diretamente o processo de tomada de decisão afastando o setor privado das deliberações das políticas.

Assim, as ações do Estado na economia eram motivadas nesse período por uma ação pragmática já que não restava ao país outra alternativa, pois o café era fundamental para o equilíbrio da economia diante da grande dependência.

Percebe-se ainda na década de 1930, que o Estado direcionava a política cafeeira de forma mais consciente em relação ao mercado de café. Diferentemente das políticas aplicadas até o final da década de 1920, que eram empregadas conforme os interesses imediatistas de uma classe produtora sem visualizar os problemas futuros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABIC. **A História Do Café–Origem e Trajetória**. Disponível em: <http://www.abic.com.br/scafe_historia.html> acessado em 25 de mar 2007 às 22 horas e 30 mim.

ANDRADE A. S, JAFELICE R. S. da M, **A História do Café no Brasil**. Universidade Federal de Uberlândia. Famat em revista, n. 04, abril de 2005. Disponível em: <<http://www.famat.ufu.br/revista/revistaabril2005/salaaula/EnsinoAdrianoRosana.pdf>> acessado em 25 de mar 2007 às 22 horas e 30 mim.

ARRUDA, J. J. A; PILETTI, N. **Toda a História: História Geral e História do Brasil**. São Paulo: Ática, 1996.

BAER, W. **Economia Brasileira**. 2ª ed. São Paulo, SP: Nobel, 2002.

BEGAZO, J. C. **Alguns Aspectos da Cafeicultura Mundial e do Brasil**. Viçosa, MG: Universidade Federal de Viçosa, 1979.

BREVE HISTÓRIA DO CAFÉ. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/cafebrev1.htm>> acessado em: 26 de abr. 2006 às 22 horas e 20 min.

CAFÉ: O maior produtor do mundo ainda enfrenta prejuízos. **Futuros Agronegócios**, São Paulo, abril de 2003. Edição especial.

CAFÉ NO MUNDO. Embrapa café. Disponível em: <www22.sede.embrapa.br/cafe/outras/arq_Relat_Gestao/Hist%F3rico.pdf> acessado em: 26 de dez. 2007 às 22 horas e 20 min.

CARMO, S. I; COUTO, E. **História: Passado E Presente**. A expansão imperialista e o Brasil República. 1ª ed. São Paulo-SP: Atual, 1997.

CARVALHO, A. J; WANDERLEY. **Ação Pública e Pobreza sob a Teoria de Myrdal**. BAHIA ANÁLISE & DADOS. Salvador, v. 17, n. 1, p. 695-705, abr./jun. 2007. disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes_sei/bahia_analise/analise_dados/pdf/desigualdade/02_acao_publica.pdf> acessado em: 20 de dez. 2007 às 22 horas e 20 mim.

CATELLI JR, R. **Brasil: do café à indústria**. São Paulo – SP: Brasiliense, 1992.

CHIAVENATO, J, J. A Revolução de 1930. Disponível em: < <http://br.geocities.com/historiarev1930/minhapagina>> acessado em: 20 de jun de 2007.

COLON, O. M. A. F; PEDRO. F. C. **O Liberalismo Econômico : A Escola Clássica Inglesa: Dos Estados Nacionais à Primeira Guerra Mundial**, 1995, CP1-UFGM. Disponível em: <<http://br.geocities.com/fcpedro/libclas.html>> acessado em 21 de dez. de 2007 às 20 horas

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. (de 24 de fevereiro de 1891) disponível em: < <http://www.redebrasil.inf.br/0cf/CF-1891.html>> acessado em 15 de mar. de 2008 às 22 horas e 25 min.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL.(de 16 de julho de 1934) disponível em: <<http://pdba.georgetown.edu/Constitutions/Brazil/brazil34.html>> acessado em 15 de mar. de 2008 às 20 horas e 20 mim.

CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (de 10 de novembro de 1937) disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7%C3%A3o37.htm> acessado em 15 de mar. de 2008 às 22 horas e 40 mim.

COSTA, I. **Os Erros Da Valorização**. Subsídios Para o Estudo da Defesa do Café. São Paulo. Secção de Obras de “O Estado de São Paulo”, 1925.

DELFINO NETTO, A. **O Problema do Café no Brasil**. Ensaio Sobre Café e Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro do Café, 1973, p 41-160.

DUARTE, J. **Setor Cafeeiro Enfrenta Juros Altos e Falta de Regras no Mercado Internacional**. Disponível em: <<http://www.sede.embra.br8080/aplic/cafenews.nsf>> acessado em: 25 de Jun. 2005 às 20 horas e 15 min.

ENCYCLOPAEDIA BRITÂNICA DO BRASIL, 1992.

FARIA, H. F. de; OLIVEIRA, L J. de. **A Intervenção do Estado Moderno na Atividade Econômica**: Um incentivo à responsabilidade social. Disponível em: <<http://www.diritto.it/archivio/1/23796.pdf>> acessado em: 23 de out. 2007 às 22 horas

FILGUEIRAS, L. **Neoliberalismo e crise na América latina**: O caso do Brasil. Disponível em: <www.clasco.org.ar/difusion/secciones/osal/Descargables/web-anterior-articulos/Filgueiras.doc> acessado em: 23 de nov. 2007 às 22 horas

FONTES, G. Cafeicultura quer avançar na cadeia produtiva. **Futuro agronegócios**, São Paulo, ano II, n. 14, p. 15-17, fev. 2004.

FONTES, G. Estudo mostra o que fazer para tirar café do buraco. **Futuro agronegócios**. São Paulo. Ano II, n. 16, p. 18-19, abr. 2004.

FONTES, G. Café se articula para crescer a longo prazo. **Futuro agronegócios**. São Paulo. Ano II, p. 14-15, abr. 2004. Edição especial.

FRITSCH, M. **1922: A Crise Econômica**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993, p.3-8. disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/110.pdf>> acessado em 15 de maio. de 2006.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Fatores que Afetam a Competitividade da Cadeia do Café**. Centro de Estudos Agrícolas. Dez. 1998.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 18ª ed. São Paulo: Nacional, 1982.

FURTADO, R. Parque Industrial Cafeeiro Vai Encolher. **Futuro agronegócios**. São Paulo, ano 1, N. 11, p. 24-25, nov. 2003.

GALVES, C. **Manual de Economia Política Atual**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976, v I.

GROS, D. B. **Institutos Liberais, Neoliberalismo e Políticas Públicas na Nova República**: Revista Brasileira de Ciências Sociais- Vol. 19 nº 54. Fevereiro de 2004. disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v19n54/a09v1954.pdf>> acessado em 23 de out. de 2007 às 20 horas e 10 mim

GUDIN, E. **Câmbio e Café, 1933 – 1934**. Ensaio Sobre Café e Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro do Café, 1979, p 161-169.

HENRIQUES, A. **Thomas Malthus e a Explosão Demográfica**. Disponível em<<http://www.alanhenriques1.hpg.ig.com.br/artigoeconomia03.html>> acessado em 15 de dez. de 2007 às 20:00.

HUGON, P. **História das Doutrinas Econômicas**. São Paulo: Atlas, 1995.

JÚNIOR, H. F; CHACON, P.P. **História Econômica Geral**. São Paulo: Atlas, 1986

KINGSTON, J. **A Lei Estatística de Demanda de Café**. Ensaio Sobre Café e Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro do Café, 1973 p 171-195.

LEAL, S. M. R. A Outra face da Crise do Estado de Bem-estar Social: **Neo-liberalismo e os novos movimentos da sociedade do trabalho**. **Caderno de pesquisa nº 13. Campinas-SP: UNICAMP**, 1990. Disponível em: <<http://www.nepp.unicamp.br/Cadernos/Caderno13.pdf>> acessado em 15 de nov. de 2007.

LEONEL, M. **John Stuart Mill: Liberal Socialismo, Cooperativismo, Ética e Mercado**. Universidade de São Paulo. Disponível em:< <http://iama.sarava.org/files/iama/john%20Stuart%20Mill.pdf>> acessado em 20 de jan. de 2008.

MAGALHÃES, G.F.P. **Teorias da Oferta e da Demanda**. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 1981.

MAGALHÃES FILHO, F. B. B. **História Econômica**. 8ª ed. São Paulo-SP: Saraiva, 1982.

MARQUES, P. V. MELLO, P. C. **Mercados Futuros de Commodities Agropecuárias**. São Paulo: BM&F, 1999.

MATOS, C. J. de, NUNES C. A. **História do Brasil**. São Paulo: Nova Cultural, 1993.

MATTOS, L. V. **A Posição de J.S. Mill em relação ao Estado**: os casos das sociedades ‘civilizadas’ e das sociedades e das sociedades ‘atrasadas’. Disponível em : < http://www.sep.org.br/artigo/614_509781c2a11be044c30991ea2c090a2a.pdf?PHPSESSID=a826ede6af5025776d8cfdea667bd767> acessado em 02 de dez. 2007 às 21:00.

MATTOS, L. V, John Stuart Mill, o Socialismo e sua utopia liberal: uma aplicação de sua de sua visão de instituições Sociais. EST. ECON., São Paulo, v.29, N. 3, P, 395-414, Julho-setembro, 1999. Disponível em: <<http://www.estecon.fea.usp.br/index.php/estecon/article/viewFile/484/195>> acessado em 12 de dez. 2007 às 20:00

MAZZUCHELLI, F. **O Pioneirismo de Adam Smith**. Economia e Sociedade. Campinas SP: v.II, n 1(18), p. 185-192, jan/jun.2002. Disponível em: < http://www.eco.unicamp.br/publicacoes/economia_sociedade/download/revista_18/07O%20pioneirismo%20de%20Smith.pdf > acessado em 25 de dez.2007 às 19 horas e 30 min.

MICROSOFT Encarta [S.I] Microsoft Corporation, 2003. 1 CD-ROM

MILLER, R. L. **Microeconomia**: Teoria, Gestões, e Aplicações. São Paulo: McGraw-Hill, 1981.

NASCIMENTO, F. A do. **Oferta e Demanda no Mercado de Café** : agroline, 2004
Disponível em: <<http://www.agroline.com.br/artigos/artigo.php?id=190>> acessado em 25 de ago.2007 às 19 horas e 30 min.

NEGREIROS, D. S, **Economia e Estado: Uma falsa oposição**. São Carlos-SP: Universidade Federal de São Carlos. Disponível em: < <http://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/viewFile/292/210> > acessado em 25 de nov.2007 às 19 horas e 30 min.

NEVES, F. J. T. **Tocqueville e Stuart Mill**: Reflexões Sobre O Liberalismo e a Democracia. Disponível em: < http://www.achegas.net/numero/dezessete/fabricio_neves_17.htm > acessado em 28 de dez.2007 às 19 horas e 30 min.

OLIVEIRA, J, T. **História do Café no Brasil e no Mundo**, Rio de Janeiro: Barléu Edições LTDA, 2004.

ORTIZ, H. S. **Globalização e Neoliberalismo**: breves apontamentos sobre seus efeitos.
Disponível em: <<http://www.semina.clio.pro.br/4-1-2006/Helen%20S%20Ortiz.pdf>>
Acessado em 21 de nov. de 2007 às 22 horas e 30 min.

PAULANI, L. M. **Neoliberalismo e Retórica**: O capítulo brasileiro. Departamento de Economia - FEA/USP. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A015.pdf>>

PELÁEZ, C. M. **Análise Econômica do Programa Brasileiro de Sustentação do Café – 1906 – 1945: Teoria Política e Medição**. Ensaio Sobre Café e Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro do Café, 1973 p. 171-195.

PEREIRA, L. C. B. **Economia Brasileira**: Uma Introdução Crítica. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

PILETTI, N. **História do Brasil**. São Paulo – SP: Ática, 1997

PRADO JR. C. **História Econômica do Brasil**. 37ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1970.

REVISTA CAFEICULTURA. Patrocínio: Abril, 2003-. Bimestral. ISSN 1678-1724.

QUESNAY, F. **Quadro Econômico dos Fisiocratas**. Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p. 201-320

SAES, M.S.M. **A Racionalidade Econômica de Regulamentação no Mercado Brasileiro de Café**. 1ª ed. São Paulo: Annablume, 1997.

SAMUELSON, P, A. **Introdução à Análise Econômica**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Agir, 1968, v. I e II.

SANTOS, J. A. dos. **Teoria Neoclássica**. O Princípio da Teoria Neoclássica e as Escolas do Pensamento. Vitória da Conquista, 2002.

SANTOS, T. **O Neoliberalismo Como Doutrina Econômica**. Disponível em: <<http://www.uff.br/cpgeconomia/v1n1/theotonio.pdf>> acessado em: 25 de out. de 2007 às 19 horas e 10 min.

SANDRONI, P. **Exercícios de Economia**: Os mercantilistas, Smith, Ricardo e Marx em sala de aula. São Paulo: EDUC- PUC-SP. Rio de Janeiro: Ed. Espaço e Tempo, 1988.

SANDRONI, P. **Novo Dicionário de Economia**. 8ª ed. São Paulo: Beste Seller, 2004.

SILVA, C. R. L da; LUIZ, S. **Economia e mercados**: Introdução à Economia. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 1982.

SILVA. A, R. **Neoliberalismo e a Constituição Federal**. 2002. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3190>> acessado em 10 de nov. de 2007 às 20 horas e 15 mim.

SILVA, S. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**. 5ª ed. São Paulo: ALFA OMEGA, 1981.

SIMONSEM, M.H. **Teoria Microeconômica**. 4ª ed. Rio de Janeiro – RJ. Fundação Getúlio Vargas, 1979.

SIMONSEN, R, C; GUDIN, E. **A Controvérsia do Planejamento na Economia Brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977.

SIMPÓSIO DE PESQUISA DOS CAFÉS DO BRASIL, 1, 2000. Poços de Caldas-MG. **Resumos Explicativos...** Brasília: Embrapa Café e Minasplan, 2000.

SINGER, P. **Aprender Economia**. 18ª ed. São Paulo: Contexto, 1999.

SOUZA, H. M. de. **A Natureza, O Homem e a Economia**: Confederações, Leis e Mecanismos de Interação e Equilíbrio. 1ª ed. Brasília: UNC, 1998.

SOUZA, L. D. N de. **CULTURA DO CAFÉ**. São Paulo – SP. Tecnoprint. 1989.

TEIXEIRA, F. M. P; DANTAS, J, **Estudos de História do Brasil – Império e República**. V II. São Paulo – SP: Moderna, 1974.

TOLEDO, V. V; GANCHO, C. V. **Sua Majestade o Café**. 2ª ed. São Paulo-SP: Moderna, 2003.

TREVISAN, L. **República Velha**. Disponível em <<http://www.culturabrasil.org/republicavelha.htm>> acessado em 26 de ago.2007 às 20 horas e 30 min.

UMA breve e agitada historia do café. **Futuros Agronegócios**, São Paulo, ano 1, n.7, jul. 2003.

VALENTINI, L.R; VILELA, M.C, ORDOÑEZ, M. **Cultura e Sociedade**. Do Século XIX até o Século XX. São Paulo: IDEP, 1990.

VASCONCELLOS, M. A. S. de; OLIVEIRA, R. G. de. **Manual de Microeconomia**. 2ª ed. São Paulo: Atlas. 2000.

VINHA, T. D. **Estado e Economia**: O Intervencionismo Estatal no Atual Cenário Jurídico-Econômico Brasileiro. Ourinhos SP: Hórus – Revista de Humanidades e Ciências Sociais Aplicadas, nº 3, 2005. Disponível em: <<http://www.faeso.edu.br/horus/artigos%20anteriores/2005/Artigo%20Thiago.pdf>> acessado em: 22 de out. de 2007 às 20 horas e 20 mim.